



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO (CSE)  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Luiza del Giúdice de Carvalho

**INTERNET E DEMOCRACIA:**

Implicações na Organização Política de Tunísia e Egito a partir da Primavera Árabe

Florianópolis, SC

2014

**LUIZA DEL GIUDICE DE CARVALHO**

**Implicações na Organização Política de Tunísia e Egito a partir da Primavera Árabe**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis, SC.

2014





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO (CSE)  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, nomeada pela Coordenadora de Monografia, resolve atribuir à acadêmica **Luiza del Giúdice de Carvalho**, após a apresentação do trabalho intitulado, “INTERNET E DEMOCRACIA: Implicações na Organização Política de Tunísia e Egito a partir da Primavera Árabe”, a nota 8, referente a disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2014

(Assinado no original)

---

Clarissa Franzoi Dri

Orientadora

(Assinado no original)

---

Iara Costa Leite

Membro

(Assinado no original)

---

Ramón Gusso

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, ao Ju e aos familiares que me apoiaram, sustentaram, inspiraram e ajudaram a moldar meus passos até eu conseguir andar sozinha.

À minha professora orientadora Clarissa Dri pela compreensão, paciência, pelos conselhos e por ter dado algumas de minhas aulas preferidas.

A, não só amigos que me acompanharam durante a vida acadêmica, mas também àqueles que estiveram comigo nesta última fase longe de casa. À Marcella, Felipe, Clarissa, Bruno, Carla, Ana, Matheus, Mariele, Gustavo, Haruka, Isabel, Otávio, Fernando, Bárbara, Rafael e meu povo de Rennes – Clarissa de novo, Rômulo, Mary, Fernanda, Amy e Skye!

Ao meu melhor amigo Max. Se eu não tivesse você, nada disto teria feito sentido. “you is kind, you is smart, you is important”.

## RESUMO

A Primavera Árabe, que iniciou em janeiro de 2011 na Tunísia e se espalhou pelo Norte da África e pelo Oriente Médio, foi marcada por ser um movimento que reivindicou, em alguns casos de forma bem sucedida, a democracia em estados que há anos eram se caracterizavam por seus governos autoritários e repressão. Porém, um elemento que marcou este fenômeno ainda mais em seu início, foi o uso da internet para a articulação de protestos e veiculação de informações. Ideias sobre a internet ser vista como ferramenta política voltaram à tona. Esta pesquisa analisa o papel da internet no processo de transição democrática em dois países pioneiros da Primavera Árabe, Tunísia e Egito. Através de uma pesquisa qualitativa que utilizou as teorias democráticas de Rousseau e Dahl; assim como àquelas referentes ao contemporâneo conceito de democracia digital; um histórico do desenvolvimento da internet, a análise de elementos que podem interferir na oscilação do nível de divisão digital como: liberdade na internet, número de usuários da internet, a demografia dos países, o nível de desemprego, os níveis de alfabetização e as taxas de inscrições escolares; e uma correlação destes fatores com a crise da democracia, este trabalho sugere estratégias governamentais gerais para se aumentar a qualidade da democracia por meio do uso da internet e outras específicas às características de Tunísia e Egito, respectivamente.

**Palavras-chave:** Democracia. Internet. Tecnologias da Informação. Transição Democrática. Redes Sociais. Divisão Digital, Democracia Digital.

## ABSTRACT

The Arab Spring, which began in January 2011 in Tunisia and spread throughout North Africa and the Middle East, has been marked by a movement that advocated for democracy, sometimes successfully, in states that for years were characterized by their authoritarian rule and repression. However, an element that marked this phenomenon further in its inception was the use of the internet in the articulation of protests and diffusion of information. Ideas about the internet being seen as a political tool resurfaced. This research examines the role of the internet within the process of democratic transition in two countries pioneer in the Arab Spring, Tunisia and Egypt. Through a qualitative study that used the democratic theories of Rousseau and Dahl; as well as those related to the contemporary concept of digital democracy; the history of internet's development, an analysis of elements that can interfere with the oscillation level of digital divide such as: Internet freedom, number of Internet users, the demographics of both countries, the level of unemployment, literacy levels and school enrollment rates; and a correlation of these factors with the crisis of democracy,, this work suggests general government strategies to increase the quality of democracy through the use of internet and other specific to the characteristics of Tunisia and Egypt, respectively.

**Keywords:** Democracy. Internet. Information Technologies. Democratic transition. Social networks. Digital Divide, Digital Democracy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Duas dimensões da democratização.....	25
Figura 2.2 – Relação custo-benefício tolerância e repressão.....	27
Figura 2.3 – Liberdade na Internet versus Liberdade na Imprensa Tradicional.....	31
Figura 2.4 – O Sistema Político Virtual.....	34
Figura 2.5 – Usuários da Internet no Mundo (per 100 pessoas) 2009-2013.....	37
Figura 2.6 – Qualidade da Democracia 2011-2012.....	38
Figura 3.1 – Liberdade na Internet – Tunísia.....	45
Figura 3.2 – Número de tweets registrados sob a hashtag sidibouzid, por locação.....	48
Figura 3.3 – Usuários da Internet (per 100 pessoas) – Tunísia.....	49
Figura 3.4 – Pirâmide Populacional Tunísia – 2010.....	51
Figura 3.5 – Desemprego na Tunísia (porcentagem da mão de obra total na faixa etária de 15-24 anos.....	52
Figura 3.6 – Desemprego Total versus Desemprego da faixa etária 15-24 anos em 2011.....	52
Figura 3.7 – Nível de alfabetização da faixa da população com 15-24 anos da Tunísia em porcentagem.....	53
Figura 3.8 – Taxas brutas de inscrição em ensino médio e superior na Tunísia em porcentagem.....	53
Figura 3.9 – Usuários do Facebook por idade.....	55
Figura 3.10 – Taxa de desemprego total bimestral 2011-2014.....	56
Figura 3. 11: Usuários da Internet (per 100 pessoas) – Egito.....	61
Figura 3.12 – Pirâmide Populacional – Egito.....	63
Figura 3.13 – Desemprego no Egito (porcentagem da mão de obra total na faixa etária de 15-24 anos.....	63

Figura 3.14 – Nível de alfabetização da faixa da população com 15-24 anos do Egito em  
porcentagem.....64

Figura 3.15: Taxas brutas de inscrição em ensino médio e superior na Tunísia em  
porcentagem.....64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Internet no Egito – Outros Indicadore.....	50
Quadro 3.2 – Internet na Tunísia – Outros Indicadores.....	62

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. CONCEITOS DE DEMOCRACIA .....</b>	<b>17</b>
2.1. DEMOCRACIA DIRETA E REPRESENTATIVA.....	17
2.2. DEMOCRACIA DIGITAL E REDES SOCIAIS .....	27
<b>3. A INTERNET COMO FERRAMENTA DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>39</b>
3.1. A INTERNET EM ESTADOS AUTORITÁRIOS .....	39
3.2. TUNÍSIA: CENSURA, JUVENTUDE, DESEMPREGO.....	42
3.3. EGITO: SOCIEDADE RURAL, CONFLITOS RELIGIOSOS, ECONOMIA PROBLEMÁTICA ...	58
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2010 Mohamed Bouazizi, vendedor de rua tunisiano, colocou fogo em si mesmo em protesto ao confisco de seu carrinho de frutas e à humilhação que sofreu nas mãos de uma oficial do governo e mudou a história contemporânea do Oriente Médio num fenômeno que se seguiu denominado “Primavera Árabe”. A Revolução Tunisiana, iniciada em janeiro de 2011, foi a primeira das insurreições do povo contra seu governo no mundo árabe e teve como estopim a auto-imolação de Bouazizi. Ela consistiu em uma série de manifestações de rua conseqüentes à inflação dos preços dos alimentos, alta taxa de desemprego e falta de liberdades políticas, como o direito à expressão e resultou na derrubada do presidente Zine El Abidine Ben Ali. Logo depois, diante do sucesso da revolução na Tunísia, o povo egípcio também se levantou contra o regime de Hosni Mubarak. Uma série de protestos envolveu os cidadãos insatisfeitos também com a corrupção, desemprego e falta de liberdades políticas e se espalhou por diversas das grandes cidades do país gerando resposta violenta por parte da polícia fiel a Mubarak, uma vez que manifestações eram ilegais no Egito. No entanto, o apoio militar se direcionou aos cidadãos e o exército se recusava a atacar civis posicionados nas praças. Em fevereiro de 2011 Mubarak foi deposto após 30 anos de regime. Após estas duas revoluções, diversos outros países como Líbia, Síria e Argélia juntaram-se às reivindicações pela democracia e, muito comparado à Primavera dos Povos de 1848<sup>1</sup>, o fenômeno de “contaminação” de ideias e espírito revolucionário ficou conhecido como a Primavera Árabe.

De uma forma que só pode se evidenciar no mundo atual, em que a conectividade, tecnologia, informação e intertextualidade se desenvolvem em nível exponencial no advento da globalização, estas revoluções andaram, ao menos em seu início, de mãos dadas às redes sociais. Em muitas situações, plataformas como Facebook, Twitter e Youtube foram utilizadas como mecanismo de difusão de informações e ideias, assim como a articulação e organização de redes de ativismo. O impacto das redes nas manifestações em tempo real foi

---

<sup>1</sup>”Historicamente, se conheceu como a “Primavera dos Povos” a onda revolucionária que começou na França em fevereiro de 1848 e rapidamente se estendeu para a Prússia e numerosas regiões da Alemanha, do Império Austríaco, da Hungria, que tinha sob seu controle a Polônia, a Itália e outros povos da Europa Central, no marco da crise econômica que irrompeu em 1846. Esta onda começou a ser contida, de maneira desigual, com a recuperação da economia em meados de 1850, e se fechou com fim do processo na Alemanha neste mesmo ano e com o auto-golpe de Luis Napoleão Bonaparte na França em 2 de dezembro de 1851”. (FT-QI, 2011)

significativo o suficiente para que o governo dos dois países decidisse interferir com os meios de comunicação e desabilitar o acesso a alguns sites considerados problemáticos. Sobre o uso das mídias nos protestos em Tunísia e Egito, Howard *et al*, em um relatório aprofundado que leva em conta a análise de dados do Twitter, da blogosfera tunisiana, da estrutura da web política egípcia e de vídeos virais no Youtube, afirmam que:

[...] na África do Norte e no Oriente Médio, movimentos jovens relativamente novos tem sido surpreendidos pela rapidez, tamanho e sucesso dos protestos que organizaram através de *websites* de rede social. Ao longo de vários anos eles encontraram sua voz política online e organizaram encontros virtualmente. Cada um dos ditadores nestes países há muito tinham inimigos políticos, mas eles eram grupos fragmentados de oponentes. Agora estes oponentes fazem mais que usar os meios de transmissão para destacar suas reivindicações. Eles utilizam mídias sociais para identificar objetivos, construir solidariedade e organizar demonstrações. Durante a Primavera Árabe, indivíduos demonstraram seu desejo por liberdade através da mídia social e a mídia social se tornou uma parte essencial da “kit de ferramentas” utilizado para atingir esta liberdade (2011, p. 23, tradução nossa).

Rita Safranek (2012) parece concordar com a idéia de que as mídias sociais são uma ferramenta para potencializar o engajamento político civil, porém ela afirma que só funcionam até certo ponto. Ela aponta que fatores que parecem impactar seu uso bem-sucedido incluem o tamanho, diversidade étnica, níveis de educação da população, a existência de uma infraestrutura de telecomunicações moderna e a quantidade de censura utilizada pelo regime existente.

As mídias sociais foram utilizadas para defender, difundir e articular os interesses do povo. Mas será que o povo por inteiro estava sendo representado na internet? De acordo com um relatório semestral da *International Telecommunications Union* (ITU), somente 40% da população mundial utiliza a internet e aproximadamente uma em cada três pessoas nos países desenvolvidos está *online* no início de 2014. Apesar de afirmarem que estes números tendem a crescer até, inclusive, o final do ano, a questão é que, no mundo, em geral, a representação feita através da internet e das mídias sociais inclui menos da metade da população.

Além disto, é necessário definir o tipo de cidadão, no âmbito desta minoria, que participa da discussão política. Idade, situação social e econômica e nível de educação são exemplos de fatores que serão levados em conta nesta pesquisa a fim de se definir os aspectos

qualitativos da representação na internet. É importante averiguar os efeitos das características dos cidadãos participantes da democracia digital na formação de seus discursos e ações políticas para tentar descobrir, por exemplo, se o debate político na rede se organiza a exemplo da sociedade e, se sim, como potencializar o uso da internet para transformá-la em ferramenta democratizante. Esta pesquisa pretende aplicar as análises descritas acima ao caso do Egito e da Tunísia o durante o processo de transição democrática que sucedeu Primavera Árabe a fim de investigar se as redes sociais podem exercer um papel sobre a organização democrática destes países. Esta pesquisa tem como tema a relação entre internet e democracia a partir da análise do papel da primeira nas transições democráticas da Tunísia e do Egito, iniciadas com a derrubada de seus antigos governos autoritários no contexto da Primavera Árabe.

Seu objetivo geral é descobrir o potencial da internet como ferramenta democratizante a partir da análise das transições democráticas tunisiana e egípcia. Seus objetivos específicos são: traçar uma fundamentação teórica e histórica que exponha conceitos como democracia (direta, representativa e digital); definir inclusão/exclusão e divisão digital; determinar os indicadores dos conceitos anteriores; definir a relação entre internet e estados autoritários; analisar o comportamento do uso da internet nos países estudados antes e durante suas transições democráticas através de indicadores da divisão digital, a demografia de seus usuários e sua relação com a censura e propor formas de transformar a internet em ferramenta democratizante a partir dos resultados encontrados.

A presente pesquisa procura, além dos objetivos acadêmicos, divulgar o tema. Hoje a democracia parece ser a alternativa política menos danosa. Segundo Putnam (2000, p.77),

(...) democracia concede aos cidadãos o direito de recorrer ao seu governo na esperança de alcançar algum objetivo particular ou social; além disso, requer uma concorrência leal entre as diferentes versões do interesse público.

Pode-se considerar que a democracia tem como um de seus pilares a vontade do povo.

Com a instauração da democracia devem ser criadas condições que permitam sua existência e perpetuação. Robert Dahl (1997) diz que para os cidadãos terem a oportunidades plenas de estabelecer suas preferências, de expressar estas preferências frente a seus semelhantes e ao governo, através da ação individual e coletiva, e de tê-las igualmente consideradas na conduta do governo, este deve garantir que eles tenham direito à liberdade de criar e aderir a grupos de interesses, liberdade de expressão, direito ao voto, de se eleger a cargos públicos, de disputarem apoio e votos, de obter informações em fontes alternativas, de ter um processo eleitoral livre e idôneo e deve garantir a existência de instituições que façam com que as políticas conduzidas pelo governo dependam de eleições e outras manifestações. Todos estes direitos são processos de promoção da democracia representativa, mas têm efeito duplo ao aumentarem a qualidade de vida dos cidadãos.

No entanto, diversas vezes a execução destas condições é diferente na prática. Santos (2006) analisa o desenvolvimento da democracia nos países da América Latina, onde o processo é recente, e identifica quatro grandes desafios presentes na representatividade nos países em desenvolvimento: a diminuição da igualdade jurídico-política entre os cidadãos em função do aumento da desigualdade social entre ricos e pobres; a falta de preparo da democracia para reconhecer a diversidade cultural e lutar de forma eficaz contra o racismo, colonialismo e sexismo diante de sociedades que são cada vez mais multiculturais e multiétnicas; imposições econômicas e militares feitas de países colocados pelo autor como dominantes e órgãos como o FMI são cada vez mais radicais e menos democráticas; as condições da participação democrática dos cidadãos, como garantia à sobrevivência, não estar ameaçado e ter acesso a informação, não lhes terem sido garantidas em concomitância à promoção da democracia. Além disto, Santos ressalta a tendência à corrupção dos representantes sem mecanismos para impedi-la ainda articulados. No entanto, de acordo com Rode (2013, p. 223), o nível de felicidade, que os autores denominam de “satisfação com a vida”<sup>2</sup>, dos países autocráticos é 5,96 enquanto o nos democráticos é 6,79.

---

<sup>2</sup> A satisfação com a vida é determinada a partir de um questionário aplicado em diferentes países a pessoas de diferentes situações sociais desde 1980 pela *World Values Survey* (WVS). Através da pergunta “tudo considerado, quão satisfeito você se sente com sua vida como um todo esse dias?” e as respostas podem variar de 1 (insatisfeito) a 10 (satisfeito). Rode (2013, p. 223).

Relatos de ciberativismo<sup>3</sup>, ações e debates políticos que podem existir ou ter origem no universo ciber, datam de muito antes da Primavera Árabe, mas o evento foi o responsável por colocar em evidência o potencial da internet como ferramenta de democratização em uma enorme proporção. Esta pesquisa pretende analisar se este potencial foi empregado de forma efetiva ou não e identificar os padrões de utilização das redes para que se possa saber quais os pontos que devem ser trabalhados ou, simplesmente, excluídos a fim que a internet possa ser utilizadas como instrumento pacífico de democratização.

A escolha de Tunísia e Egito se fez devido a serem os países preliminares na onda de revoluções que tomou conta dos países norte africanos e do Oriente Médio. Também por este motivo há uma bibliografia muito mais extensa acerca do papel das mídias nos protestos e é mais fácil definir, inclusive, padrões de influência para com os países que aderiram posteriormente às insurreições.

O método a ser adotado para definir se a democracia e as redes sociais tiveram influência mútua no contexto das Revoluções na Tunísia e no Egito é o de pesquisa qualitativa feita através de métodos tanto descritivos quanto explicativos. O procedimento empreendido será o de pesquisa bibliográfica. Será fundamental o uso de livros, periódicos, artigos científicos, reportagens de jornais e revistas, depoimentos de cidadão através de vídeos e áudio, documentários e filmes. Os materiais serão selecionando obedecendo a pelo menos um ou mais dos seguintes critérios: relevância ao tema; credibilidade da fonte; inovação no ponto de vista; presença de elementos didáticos e presença de informações concretas e comprovadas. Esta pesquisa se constituirá partir de artigos e livros encontrados em diversas bases de dados, como EBSCOhost e SAGEpub, e portais de pesquisa como o da CAPES, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Université de Rennes 2.

Os objetivos gerais desta pesquisa auxiliaram na moldagem dos capítulos e sua cronologia, enquanto a metodologia permeará a forma como o estudo se realiza a fim de alcançar o objetivo geral e servir aos propósitos sociais do trabalho. O primeiro capítulo encarregar-se-á de definir conceitos democráticos fundamentais, como democracia direta, representativa e digital, que, por sua vez, serão essenciais na análise dos impactos da internet em estados autoritários e estados em processo de transição democrática, como Tunísia e

---

<sup>3</sup> É consenso na bibliografia sobre o tema que o ciberativismo tem seu primeiro grande exemplo com as revoltas Zapatistas em 1994, no sul do México. A insurreição representou uma verdadeira revolução das revoluções, uma vez que foi a inspiração para uma nova forma de resistência (ALCÂNTARA, 2013, p. 6)

Egito. O segundo capítulo é responsável justamente por elucidar sobre a realidade do desenvolvimento das TICs nos países estudados e sua função, mais tarde, nos protestos da Primavera Árabe. Na mesma parte será feita uma análise da realidade política atual nos dois países e da relação das novas constituições com a Internet, assim como uma proposta de como deve se utilizar a internet como ferramenta democratizante em cada país especificamente.

## **2. CONCEITOS DE DEMOCRACIA**

Para a representação de teorias clássicas da democracia que serão apresentadas na primeira sub-parte deste capítulo e são essenciais para permear a discussão sobre novas formas de proporcionar ao povo oportunidades democráticas, utilizar-se-á de Jean Jacques Rousseau com “Do Contrato Social”, que descreve conceitos básicos acerca da democracia direta, e Robert Dahl com “Poliarquia: participação e oposição” para elucidar sobre alguns fundamentos da democracia representativa contemporânea. Relativo à noção de democracia digital, Braga (2006); Cândido (1996); Fishkin (2002); Castells (2003) e Norris (2001) serão essenciais a introduzi-la. Os autores são responsáveis por algumas das obras iniciais acerca do tema e apresentam visões muito ou pouco idealistas. Matos (2009) representa a teoria da divisão digital, que será essencial à esta pesquisa no sentido de auxiliar a explicar as ineficiências ou os possíveis sucessos da internet como ferramenta digital.

### **2.1. Democracia Direta e Representativa**

Um dos primeiros teóricos a definir características de uma democracia direta e apresentá-la como solução viável como organização política, mesmo limitada a pequenas repúblicas, foi Jean Jacques Rousseau em sua obra mais célebre “Do Contrato Social” de 1762. O autor a inicia a partir do questionamento acerca da existência da sociedade. Segundo ele, no estado de natureza, não existe propriedade privada – tudo é de todos – e o homem utiliza os recursos a ele disponíveis somente para extrair o necessário à sua sobrevivência, somente a natureza lhe basta. No entanto, a condição natural e a condição social do homem entram em choque a partir do momento em que ele ingressa a sociedade e, segundo Rousseau, ele perde sua liberdade. “O homem nasce livre, mas se encontra a ferros por toda a parte” (ROUSSEAU, 2001, p. 10). A sociedade transforma o homem em escravo e mau. Antes de adentrá-la o homem vivia feliz. Esta sociedade para o autor é resultante do desenvolvimento da civilização, da instituição da propriedade privada e da divisão do trabalho – fatores que geram diferenças sociais e econômicas. Segundo Rousseau, a fim de evitar o aumento de desigualdades e garantir a manutenção da ordem, os homens desenvolvem o Contrato Social,

que institui o Estado, a autoridade e cria, assim, a sociedade política. Para que seja considerado legítimo e assegurar liberdades como o direito à vida, à expressão e o direito de ir e vir, por exemplo, os homens devem se subordinar ao Estado. O comprometimento à subordinação deve ser pactuada entre todos os membros do Estado para que ninguém sofra perdas, pois segundo o autor:

[...] ao invés da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quanto a assembléia de vozes, o qual recebe desse mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade” (Iden, 2001, p. 26).

Pela lógica de Rousseau, o homem entrega sua liberdade civil ao Estado a fim de integrar a sociedade política, mas como o co-elaborador das leis, ao obedecê-las estará obedecendo a si mesmo e é, assim, livre. Se obedecer às leis que ele mesmo impõe estará exercendo livremente a vontade própria que é equivalente à vontade coletiva. Diante deste cenário, Rousseau apresenta conclusões acerca da soberania. O contrato, ao contrário de outros que criam um Estado separado do povo, é o mecanismo através do qual a vontade geral do corpo coletivo de homens se expressa em forma de leis. Portanto,

A soberania do povo, manifesta pelo legislativo, é inalienável, ou seja, não pode ser representada. A democracia rousseauísta considera que toda a lei não ratificada pelo povo em pessoa é nula. Nesse sentido, não há um superior, já que os depositários do poder não são senhores do povo, mas seus oficiais, podendo ser eleitos ou destituídos conforme a conveniência (Morena, 2014).

Os homens, em conjunto, se apresentam perante o soberano como súditos, mas em seu duplo caráter de subordinação e soberania, também são considerados cidadãos e ativos na sociedade política. A soberania também é indivisível, ou seja, mesmo que haja elementos que compõem o governo e executam as leis na sociedade política – os magistrados – estes são subordinados ao poder decisório do soberano e não o compartilham. Nesta organização política, o governo é funcionário do soberano, representado juridicamente pelo poder

legislativo, e tem a função de executar as decisões do último. Portanto, denomina-se poder executivo. Rousseau também compara os poderes a partes do corpo humano.

O poder legislativo é o coração do Estado; o poder executivo é o cérebro que põe em movimento todas as partes. O cérebro pode ser atingido pela paralisia e o indivíduo continuar a viver ainda. O homem torna-se imbecil e vive ainda; mas tão logo o coração deixe de funcionar, o animal perece (2001, p. 122-123).

Ou seja, o governo é dependente do soberano, mas o soberano pode existir sem o poder executivo, pois mesmo que existam magistrados e a delegação de funções a algumas pessoas ocasione um potencial de corrupção, na democracia direta Rousseau recomenda a participação unânime dos cidadãos nas assembleias que devem acontecer frequentemente para garantir o funcionamento do Estado e o caráter direto da democracia. Quando o soberano está reunido, a função governamental é nula. Enquanto as obrigações executivas são direcionadas ao particular e ao comprometimento com as determinações da lei, o legislativo se preocupa com questões políticas gerais.

Estas preocupações gerais são determinadas a partir da “vontade geral”. E esta, por sua vez, é determinada pelos interesses comuns de um corpo coletivo. Apesar de os homens serem também pessoas privadas e terem suas vontades individuais, seus interesses egoístas, e a soma destas de cada indivíduo ser denominada a “vontade de todos”, Rousseau ressalta que o homem ainda pertence a um espaço público e que, por isto, dará prioridade à vontade geral, pois é através dela que se expressam as leis. Os interesses dos cidadãos não coincidem todas as vezes, pois as vezes a distinção entre o benefício à pessoa privada e ao coletivo é, para alguns, difícil de fazer. Não se pode, de acordo com o autor, interpretar a vontade geral como a vontade de todos, pois a última pode ser exclusiva a alguns cidadãos. Há o perigo de haver consenso em relação aos interesses privados por parte de uma maioria e eles acabarem se confundindo com o interesse comum. Desta forma não se estará atendendo a vontade geral, pois alguns indivíduos permanecerão ignorados. Para Rousseau este fenômeno acontece da seguinte maneira:

Se, quando o povo, suficientemente informado, delibera, não tivessem os cidadãos nenhuma comunicação entre si, sempre resultaria a vontade geral do grande número de pequenas diferenças, e a deliberação seria sempre boa. Quando, porém, há brigas, associações parciais às expensas da grande, a vontade de cada uma dessas associações torna-se geral em relação a seus membros, e particular no concernente ao Estado; pode-se então dizer que já não há tantos votantes quantos são os homens, mas apenas tantos quantas forem as associações; as diferenças se tornam mais numerosas e fornecem um resultado menos geral. Finalmente, quando uma dessas associações se apresente tão grande a ponto de sobrepujar todas as outras, não mais tereis por resultado uma soma de pequenas diferenças, porém uma diferença única; deixa de haver então a vontade geral, e a opinião vencedora é tão-somente uma opinião particular (2001, p. 41-42).

Para evitar essa corrupção natural do sistema, o autor aconselha o fim das sociedades parciais e que cada cidadão só manifeste o próprio pensamento. Por isto a importância da realização de assembleias em frequência constante. Rousseau apresenta outras três condições básicas para o bom funcionamento da sociedade democrática direta: a primeira seria um Estado bastante pequeno, no qual seja fácil agrupar o povo quando necessário, onde cada indivíduo possa conhecer o resto da população facilmente; a segunda, uma simplicidade em relação aos costumes, para que se conheça verdadeiramente a identidade do povo e antecipe seu comportamento em situações de negócios e conflito; e, por último, igualdade de classes e riquezas onde há pouco ou nenhum luxo; porque ou o luxo é o efeito das riquezas, ou as torna necessárias, já que corrompe ao mesmo tempo ricos e pobres, uns pela posse, outros pela cobiça (Rousseau, 2001, p. 95) Na base da sociedade, sentimentos como cobiça, inveja e vaidade não devem ser estimulados através de grandes desigualdades sociais e terminam por afastar os cidadãos do Estado, da “vontade geral”.

Rousseau descreve o primeiro ponto a fundo no capítulo V de “Considerações sobre o Governo da Polônia”, atestando que, além de todos os cidadãos se conhecerem e se verem, “os líderes podem ver pessoalmente o mal que está sendo feito, e o bem que é preciso fazer, e suas ordens são executadas diante dos seus olhos” (ROUSSEAU, 2003, p.242). No caso da democracia direta, o povo em si é o líder e automaticamente pode perceber e interceptar o descumprimento de leis. O segundo procura primar a uniformidade política e social no âmbito do Estado para que a vontade geral não encontre dificuldade ao se definir ou caia em vício e seja confundida com a vontade de todos. E, seguindo o mesmo raciocínio, o terceiro ponto é evidenciado a fim de evitar corrupções no sistema. Abrir espaço a desigualdades seria, para Rousseau, voltar ao estado de natureza. Segundo o autor, o homem se corrompe após a

instituição da propriedade privada, que, quando presente em excesso, pertencente a qual seja o indivíduo, traz à tona os instintos mais egoístas do homem. Para escapar do estado de natureza, onde há o domínio dos ricos sobre os pobres e dos fortes sobre os fracos, o homem deve instituir o Contrato Social na sociedade.

Deve ficar claro, no entanto, que para Jean Jacques Rousseau (2001, p. 96), se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens, ou seja, ele não acreditava que tal sistema fosse possível enquanto homens fossem homens. Somente sob as condições listadas no parágrafo anterior que a república constituída a partir da democracia direta poderia existir. Se a organização política destoar de uma destas qualidades, primordialmente acerca do tamanho do Estado, o autor considera que podem se formar também a Aristocracia, para um Estado médio e tendo um pequeno grupo de pessoas como detentoras da soberania ou a Monarquia, presente em Estados maiores e onde o poder se concentra nas mãos de um só indivíduo. Porém, o autor não restringe suas descrições a um molde. Ele admite a existência de modelos mistos, onde características de cada regime se unem para criar uma sociedade política híbrida.

A democracia rousseuniana é bem resumida por Matos:

No núcleo deste conceito de (democracia) está a idéia de liberdade (no sentido positivo): livre é aquele que age segundo sua vontade e na vida em sociedade (regulada por normas sociais que delimitam a liberdade em sentido negativo), só é livre aquele que é ao mesmo tempo o destinatário da norma e também seu emissor; desta maneira, a democracia é a única forma de governo em que todos são livres porque todos são ao mesmo tempo governantes e governados (MATOS, 2010)

Mesmo que o próprio Rousseau não acreditasse na possibilidade de existir algum dia a democracia como descrita por ele, cabe trazer também a crítica do pensamento rousseuniano que Noberto Bobbio faz em “O Futuro da Democracia”. O autor diz que se a democracia direta implica que todos os cidadãos participem de todas as decisões acerca do Estado, ela é insustentável. Bobbio (1986) considera a democracia rousseuniana aplicada às sociedades contemporâneas – onde há a presença de indústrias – e afirma que todos os indivíduos decidindo sobre tudo é materialmente impossível e “não é desejável humanamente” uma vez que de acordo com a lógica de Rousseau, todos os homens devem

estar disponíveis à política quando ela os requerer e, assim, todos os homens passarão a viver em sua função e isso resultará na

[...] redução de todos os interesses humanos aos interesses da polis, a politização integral do homem, a resolução do homem no cidadão, a completa eliminação da esfera privada na esfera pública, e assim por diante (BOBBIO, 1986, 43).

O autor considera que é muito difícil que um só cidadão queira este destino, muito menos uma sociedade por inteiro, ainda mais considerando o tamanho dos Estados atualmente. Como Rousseau previu, a imperfeição humana e a tendência à grandeza dos Estados justificam a impossibilidade de se exemplificar a democracia direta. O que não significa que sua descrição teórica deve se excluir completamente. Elementos e características da democracia participativa podem ser observados em configurações contemporâneas.

Na Suíça, desde o século XIX, a democracia direta e a representativa co-existem numa configuração que se denomina democracia semi-direta. Os suíços elegem seu parlamento federal a cada quatro anos, mas participam de referendos obrigatórios nos quais, através do Parlamento, são consultados sobre mudanças, mesmo que mínimas, na constituição federal e são permitidos, através da iniciativa popular, a propor alterações à mesma – modificando, revogando ou adicionando à constituição. Também no Brasil, por exemplo, desde 1988, com a promulgação da Constituição atual, foram incluídos o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular para ampliar as oportunidades de participação do cidadão e com isso, a democracia direta. O uso destes dispositivos, porém, é não tão frequente, pois a convocação de um plebiscito ou de um referendo é prerrogativa do Congresso.

Nas sociedades contemporâneas, em que os Estados têm proporção populacional enorme, a pluralidade – de ideias, opiniões, culturas e conhecimento – é a palavra-chave. Qualquer sistema político que pretende garantir direitos políticos iguais a seus cidadãos deve levá-la em consideração e avaliar tanto suas implicações positivas quanto negativas a fim de desenvolver a organização societal mais propícia. Hoje o sistema que mais se aproxima de promover a soberania coletiva é o representativo. Considerando que parecer ser quase impossível se formar e manter uma democracia direta, o objetivo deve ser, diante da alternativa da representatividade, garantir que o povo seja representado ao máximo na tomada

de decisões políticas. Robert. A. Dahl apresenta, em sua obra Poliarquia: participação e oposição o conceito de poliarquia, que seria

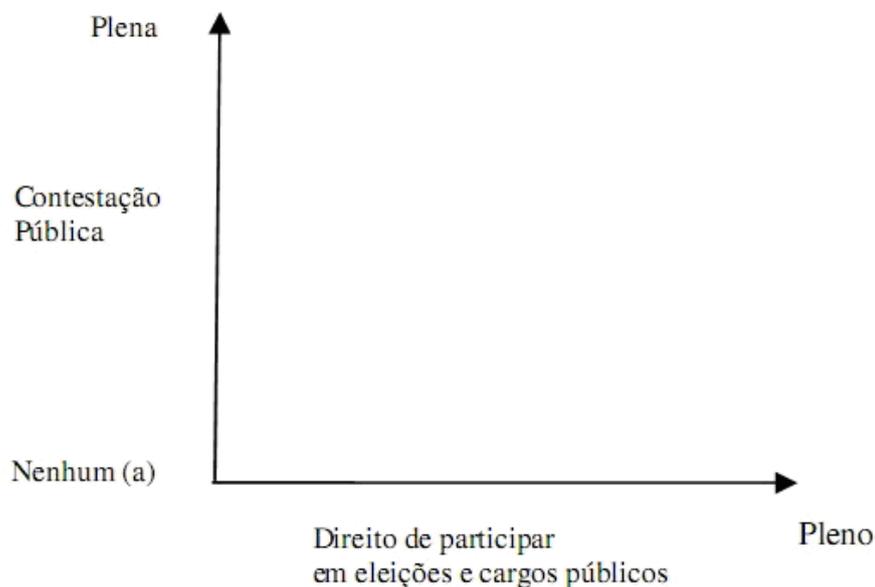
[...] a realização plena dos princípios democráticos. [...] Dahl afirma que nesse tipo de sociedade só pode haver democracia representativa, não democracia direta. A poliarquia seria resultado dessa expansão, um novo tipo de democracia, qualitativamente diferente (COSTA, 2007, p. 221).

Segundo o autor, para uma poliarquia ser caracterizada como tal, sua essência deve estar fundamentada sobre um governo que seja capaz de considerar sempre as preferências dos cidadãos e lhes promover oportunidades plenas de formular estas preferências, expressá-las aos demais cidadãos e ao próprio governo e tê-las igualmente consideradas por ele. De acordo com Costa (2007, p. 221)

A poliarquia se caracteriza por regimes políticos com baixos índices de coerção, elevados índices de persuasão e uma relativa autonomia dos indivíduos no que respeita ao poder constituído. Tal autonomia terá como consequência a mobilização de indivíduos ou grupos para a participação política.

A poliarquia preza a participação política do cidadão, mesmo que não diretamente, de uma forma que procura se adaptar às sociedades contemporâneas. Para que oportunidades de incorporação cidadã existam, o governo precisa garantir outros oito direitos ou condições institucionais, como colocado pelo autor: direito à liberdade de criar e aderir a grupos de interesse; liberdade de expressão; direito ao voto; de se eleger a cargos públicos; de disputar apoio e votos; de obter informações em fontes alternativas; de ter um processo eleitoral livre e deve garantir a existência de instituições que façam com que as políticas conduzidas pelo governo dependam de eleições e outras manifestações. A identificação de uma democracia existente em determinado Estado ou regime seria feita a partir da análise do êxito do governo em garantir estas condições. Dahl considera que um regime político pode ser classificado a partir de duas dimensões: a liberalização (contestação pública) e a inclusividade (direito de participar em eleições e cargos públicos).

Figura 2.1: Duas dimensões da democratização



Fonte: Dahl, 1997, p.4

O autor ressalta também que a classificação não precisa se ater a somente estes dois elementos sendo que cada Estado tem suas características e o regime político é compelido a elas reagir. No contexto dos anos 1970, o autor faz a seguinte análise:

A contestação pública e a inclusão variam um tanto independentemente. A Grã-Bretanha possuía um sistema altamente desenvolvido de contestação pública ao final do século XVIII, mas apenas uma minúscula parcela da população estava plenamente incluída nele até a ampliação do sufrágio, em 1867 e 1884. A Suíça possui um dos sistemas mais plenamente desenvolvidos de contestação pública. Poucas pessoas provavelmente contestariam a visão de que o regime suíço é 'altamente democrático'. No entanto, a metade feminina da população suíça ainda está excluída das eleições nacionais (DAHL, 1997, p. 31).

E apresenta outra combinação a partir do exemplo soviético à época:

[...] a União Soviética ainda não possui quase nenhum sistema de contestação pública, apesar de possuir o sufrágio universal. Na verdade, uma das mudanças mais impressionantes deste século tem sido o virtual desaparecimento de uma total negação da legitimidade da participação popular no governo. Somente um punhado de países não tem conseguido garantir uma votação pelo menos ritualística de seus cidadãos, e de manter ao menos eleições nominais; mesmos os ditadores mais

repressivos geralmente se dizem favoráveis ao legítimo direito do povo de participar no governo, isto é, de participar na 'administração', ainda que não na contestação pública (DAHL, 1997, p. 27).

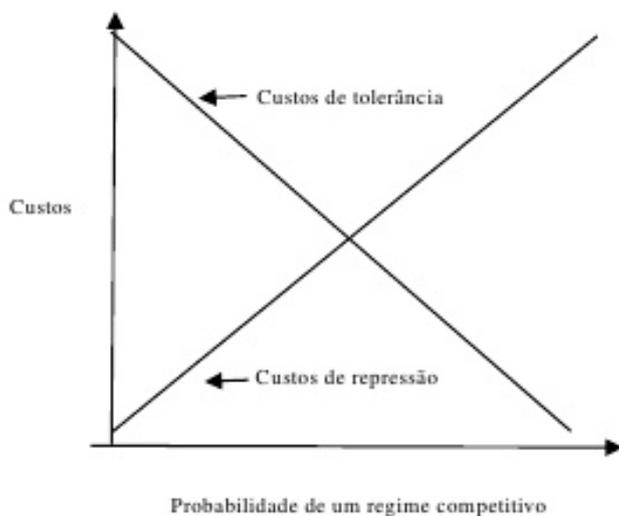
Podem-se comparar estes exemplos e concluir, como Dahl o faz, que mesmo que em um país haja o sufrágio universal pode haver, aos seus cidadãos, menos oportunidades de se opor ao governo se ele for, por exemplo, extremamente repressivo. Assim como as oportunidades de contestação são reduzidas também em um país com governo tolerante, mas onde o sufrágio é limitado.

Para Dahl, portanto, as sociedades verdadeiramente poliárquicas são aquelas que maximizam tanto o grau de incorporação quanto o nível de institucionalização. Porém, como as sociedades não são homogêneas, não houve e nem pode haver um desenvolvimento igual em todos os países, pois nem sempre essas duas características estão presentes (COSTA, 2007, p. 222)

Como o modelo de Rousseau, o modelo democrático de Dahl é ideal e teórico, mas pode ser utilizado como base ou como objetivo final das democracias na prática. O autor acredita que como a democracia nunca será perfeita, ela se dá a partir de uma evolução das dimensões de democratização que faz com que tanto hegemônias quanto oligarquias passem a ser quase-poliarquias ou que quase-poliarquias transformem-se em poliarquias plenas; ou, em último nível, que ocorra uma democratização ainda maior de poliarquias existentes. No primeiro nível evolutivo, quando se apresenta o aumento da participação e contestação, o que gera incremento no grau de oposição ao governo, o choque entra as duas esferas é mais intenso e podem observar-se conflitos que o último tentará suprimir.

Porém, se o custo-benefício desta operação for baixo, ou seja, se os custos da repressão do povo forem maiores que os custos da tolerância a ele, o governo muito provavelmente optará por tornar-se mais competitivo, como esquematizado na Figura 1.2. Nos outros níveis o mesmo esquema vai se apresentar, mas conforme aumenta o nível de tolerância por parte do governo, o nível de contestação, sem considerar variáveis externas, tende à inércia ou diminuição. Pode se desenvolver uma convergência de interesses por parte das duas esferas de povo e governo.

Figura 2.2: Relação custo-benefício tolerância e repressão



Fonte: Dahl, 1997, p.10

Dahl analisa o sistema de democracia representativa de forma empírica e constata que as classes sociais ganham mais representação com a ampliação de seus direitos em participar de eleições e dos processos políticos. Isto se dá porque, mesmo que o autor afirme que

[...] ocupações profissionais e de classe média estão numericamente sobre-representadas; as ocupações em trabalhos fabris estão sub-representadas (mesmo entre representantes de partidos trabalhistas, socialistas e comunistas), assim como muitas outras categorias - agricultores e donas-de-casa, por exemplo (DAHL, 1997, p.13).

Ou seja, que a “classe política”, como ele mesmo coloca, não é representativa de diversos setores econômicos e sociais dos países, a expansão do sufrágio faz com que os políticos se tornem mais competitivos ao tentar “conquistar” as porções da sociedade que adentram o processo político e o fazem através de maior empatia para com os “novos cidadãos”. Apesar de não atenderem a todas suas reivindicações, a sensibilização às demandas, mesmo que para fins políticos e não sociais, abre precedente para diálogos entre o futuro governo e os grupos recém ingressados. “A resposta de políticos à existência de novas oportunidades de participação e de contestação pública é diversificada e tem efeitos de longo alcance” (DAHL, 1997, p.13). Segundo o autor, apesar de a poliarquia não ser um regime de democracia

perfeita, não houve exemplos de poliarquias que tenham utilizado métodos coercitivos como em outros tipos de regime.

Os pensamentos de Rousseau e Dahl serviram a muitos estudiosos como base para criação de teorias democráticas que expandem os conceitos iniciais ou outras que as refutam completamente ou ainda aquelas que aplicam as teorias clássicas em situações contemporâneas complexas, que é o caso da parte que segue. Ela será responsável por expor a teoria democrática aplicada ao advento do desenvolvimento das tecnologias da informação e identificar elementos que poderão ser aplicados à análise do uso da Internet na transição democrática na Tunísia e no Egito.

## **2.2. Democracia Digital e Redes Sociais**

No advento da “era digital”, as tecnologias da informação (TICs) são recursos disponíveis a uma parte significativa da sociedade, de modo que pode-se considerar que elas passam a transformá-la. Através de suas diversas finalidades, cada vez mais elas revolucionam o modo como os seres humanos se relacionam, seja pelo desenvolvimento dos métodos de comunicação, pela alteração do funcionamento de alguns setores econômicos, ou pela sua crescente influência nas relações políticas entre cidadão e Estado. Esta última é o foco desta pesquisa.

A forma como os seres humanos se comunicam e como a informação é veiculada foi extremamente simplificada com o avanço da tecnologia e esta evolução tem impactos sobre a Política, pois esta é um elemento importante da vida social. Hoje o regime mais observado no Sistema Internacional é a democracia, mais especificamente a representativa. No entanto, em cada Estado onde está presente, ela se encontra em diferentes “níveis” e formas de organização que variam a partir de diversos fatores, mas dois destes são o nível de contestação e de inclusão, como teorizado por Dahl. A Internet, como propulsora das TICs, reduziu os custos da comunicação e os tornou mais práticos de forma que a conectividade tomou proporções tamanhas que é difícil tentar controlá-las ou impedi-las e é por este motivo que é vista por diversos teóricos como uma ferramenta a ser utilizada para promover o aumento da contestação ou até diretamente da inclusão. Braga (2006, p. 166) afirmam que

um amplo conjunto de pesquisadores vêem nas TICs a possibilidade de emergência de uma ‘democracia direta eletrônica’ ou de uma ‘democracia deliberativa’, na qual todos ou pelo menos a maior parte dos cidadãos poderiam usar a Internet para deliberar sobre temas públicos.

Celso Candido (1996) em “A Construção da Ágora Virtual” diz que os recursos de comunicação disponibilizados a partir da internet serão responsáveis por desenvolver um espaço público eletrônico voltado à deliberação, que o autor denomina como “Ágora Virtual” no qual os cidadãos poderão discutir os assuntos públicos através de encontros virtuais. O autor afirma que, a partir da internet, os meios eletrônicos de comunicação seriam responsáveis por desenvolver uma nova forma de democracia em paralelo ao modelo representativo, pois que os empecilhos territoriais inerentes à democracia representativa, tanto em relação à expansão dos Estados Modernos quanto relacionados à falta de espaços capazes de comportar uma assembleia formada por todos os cidadãos de um determinado local, não existiriam mais. James Fishkin (2002) agrega ao discurso de Candido ao propor o “Dia da Deliberação” em que todos os cidadãos de uma nação ingressariam em discussões no ciberespaço a fim de deliberar sobre questões políticas específicas e através do máximo de participação por parte da população e da ampla e “esclarecida” discussão, decisões mais “refinadas”. Outro autor que contribui para esta ideia é Eisenberg (2002), que já destoa um pouco das construções anteriores ao, apesar de concordar que as TICs impactarão o processo de democratização nas sociedades contemporâneas, achar precipitada a noção que a Internet será a solução absoluta dos problemas da democracia, especialmente em países desenvolvidos onde há grande contingente de pessoas desinteressadas na atividade política. O autor percebe como muito improvável a criação de uma “Ágora Virtual”. Para ele, a Internet será importante para a democracia no sentido que a interatividade entre emissor e receptor através dela é muito maior do que daquela proporcionada por meios de comunicação tradicionais, como rádio, televisão e imprensa escrita.

[...] são os mecanismos de interação mediada que a Internet possibilita – listas de discussão e *chatrooms* – que têm (e podem vir a ter) um impacto mais profundo sobre a política. Por quê? Porque possibilitam a ampliação dos fóruns públicos de debate e discussão (EISENBERG, 2002, p. 508).

No entanto, por mais que proporcione um sentimento de liberdade e a promessa de inclusão, a internet continua a integrar a sociedade e Eisenberg levanta a questão que pode ser apenas uma questão de tempo até que nesse meio se reproduzam os mesmo vícios presentes nos meios de veiculação de informação tradicionais:

[...] [Entretanto] Como ocorreu com todos os outros meios de comunicação que antecederam à Internet, o que existe é uma batalha política em curso pela definição dos padrões de apropriação do meio. E ainda não sabemos se será a soberania do consumidor ou a soberania do cidadão que será privilegiada nesse processo (EISENBERG, 2002, p. 508).

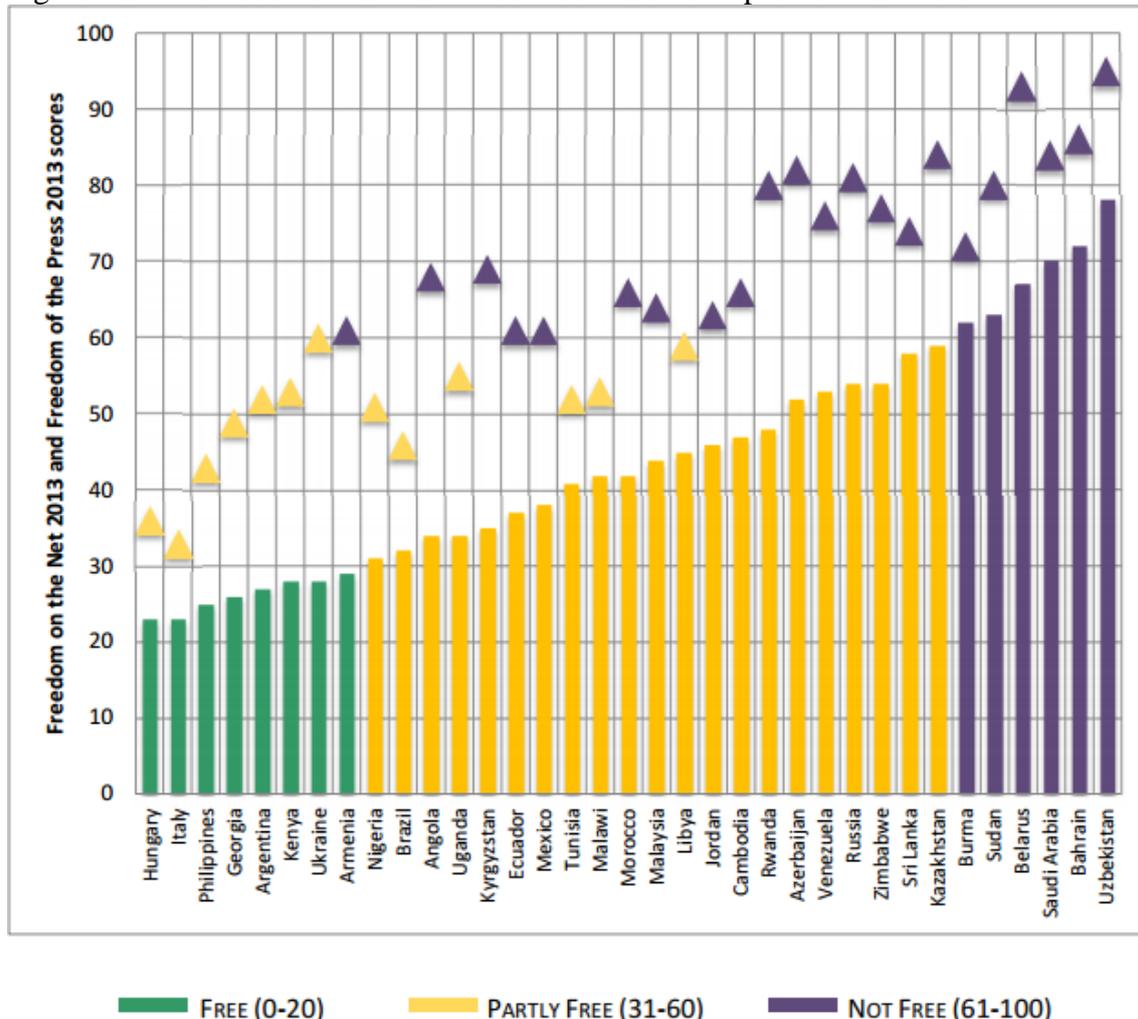
Teóricos entusiastas da internet, que a entendiam como um novo meio que poderia impulsionar uma esfera pública alternativa à soberania, tiveram que abrir espaço àqueles que enxergam que o futuro da Internet é se tornar um meio de transmissão, uma ferramenta conduzida “pelos interesses econômicos de grandes empresas provedoras de informação” (BORGES, 2011, p. 01), ao invés de servir aos cidadãos como mecanismo de participação.

Segundo essa corrente de pensamento, a interatividade se reduziria em ferramenta para o comércio eletrônico, na constituição de banco de dados valiosos a partir do registro de rotas de navegação que visam identificar interesses e hábitos de consumo dos indivíduos com fins puramente comerciais (BORGES, 2011, p. 01).

No entanto, a pluralidade da internet é o primeiro indício de que a balança de poder em seu âmbito considera muito mais grupos de influência que somente consumidor e cidadão. O ciberespaço promove a possibilidade de se alterarem a funções costumeiras de emissores e receptores, que, após seu potencial diante da troca explorado no contexto da rede, terminariam, inclusive, por se confundir. A internet tem um tamanho praticamente incomensurável e sua capacidade de multiplicar fluxos comunicacionais tem igualmente grandes proporções, o que permite a difusão de conhecimento e informação para além das plataformas sob influência dos conglomerados econômicos, por exemplo.

O gráfico abaixo demonstra a comparação entre a liberdade na internet (representada pela barra) e a liberdade na imprensa tradicional, o que engloba transmissões televisivas, rádio e imprensa escrita, (seta) de 35 países no ano de 2013.

Figura 2.3: Liberdade na Internet versus Liberdade na Imprensa Tradicional



Fonte: Kelly *et al*, 2013, p. 26.

No relatório, que considera inúmeras variáveis para mensurar o nível de liberdade na internet em cada país, mas que a encontra principalmente na ausência de mecanismos de censura ou monitoração dos cidadãos na *web* consta que

Esta diferença é causa para preocupação. Pressões que constriem expressão em formatos de impressão ou transmissão têm o potencial para exercer um impacto

negativo, em curto ou longo prazo, no espaço para expressão online (KELLY *et al*, 2013, p. 26 – tradução nossa).

Ou seja, apesar de a liberdade de expressão e acesso à informação na internet ser mais ampla e, ao menos por enquanto, não sofrerem tanto o impacto da censura quanto os meios tradicionais, eventualmente os órgãos que aplicam as restrições podem aumentar a “perseguição” a estes métodos, uma vez que já exercem grande influência sobre a imprensa clássica.

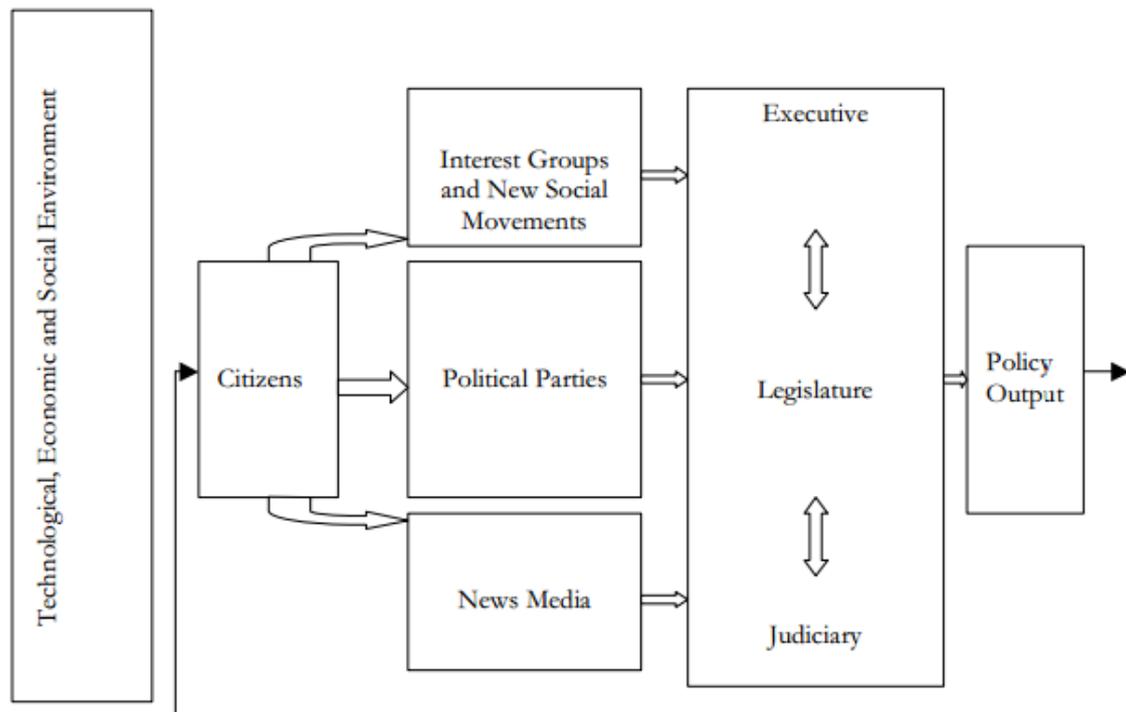
Pippa Norris (2001), porém, traz uma visão que não incorpora nem elementos muito otimistas nem pessimistas no tocante ao poder democratizante da internet. Ela crê que as TICs serão responsáveis por influenciar a democracia de duas formas: pela ampliação dos canais de informação pública a que a população tem acesso e a facilitação e dinamização do diálogo entre sociedade e instituições políticas representativas. Segundo a autora, a participação do processo político por cidadãos e grupos de interesse será mais ativa, pois é facilitada pelos avanços na comunicação; partidos políticos terão de se adaptar a novas condições na corrida eleitoral; a difusão de informações públicas através das TICs aumentará a transparência eleitoral e política e mobilizações da sociedade civil serão organizadas de forma mais eficiente e rápida.

Esse processo deve criar um subsistema político virtual que fortaleceria as instituições políticas centrais e os atores políticos intermediários (cidadãos esclarecidos, imprensa, movimentos sociais, grupos de interesse, partidos políticos, etc.), sobretudo nas democracias em processo de consolidação (BRAGA, 2006, p. 168-169).

Norris indica, enfim, que os impactos da internet à política não se dão diretamente, mas através de seu impacto primeiro nos “atores políticos intermediários”, como descritos acima, que são instituições articuladas e que representam o interesse dos cidadãos em seu diálogo com instituições representativas de “primeira ordem”. A fim de ilustrar este sistema, Norris esquematiza o seguinte diagrama da figura 1.4.

Ela apresenta uma teoria mais realista ao contrapor as positivas, que preconizam assembleias virtuais, ao propor uma abordagem representativa de duas ordens, dos cidadãos para os atores políticos intermediários e dos últimos para o governo, e faz o mesmo com aquelas mais negativas ao reconhecer a importância da internet demonstrando que a voz do cidadão fala, através dela, a atores específicos e relacionados à política.

Figura 2.4: O Sistema Político Virtual



Fonte: NORRIS, 2000, p. 20. Disponível em: <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/apsa2000demdiv.pdf>

Gomes (2005, p. 218-219), preconiza que

a democracia digital se apresenta como uma alternativa para a implantação de uma nova experiência democrática fundada numa nova noção de democracia. [...] o que [a democracia digital] deve assegurar é a participação do público nos processos de produção de decisão política.

Manuel Castells (2003) também enxerga as TICs como ferramentas de democratização de forma realista. O autor mostra certo ceticismo em relação à ideia de que a Internet será “uma fonte de comunitarismo renovado”. Apesar de acreditar no potencial das “redes cívicas virtuais” ele diz que natureza das comunidades *on-line* é efêmera. A despolitização da sociedade, o desinteresse pelas discussões públicas e a apatia à política são características que compõem esta efemeridade e constituem um empecilho à democratização que independe do nível de inclusão ou de liberdade na Internet, como evidenciado pelo autor:

Num mundo de crise generalizada de legitimidade política, e de indiferença dos cidadãos por seus representados, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão. Os políticos e suas instituições divulgam suas declarações e respondem burocraticamente  $\frac{3}{4}$  exceto em época de eleição. Os cidadãos não vêem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais. A Internet não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia (CASTELLS, 2003, p. 129)

Como alternativa à inatividade do povo, e também como “obrigação prévia”, o autor afirma que se deve concentrar no problema da falta de aproveitamento do potencial de interatividade das TICs por parte do Estado e suas instituições.

Esperava-se que a Internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia  $\frac{3}{4}$  e ainda se espera. Como dá fácil acesso à informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem informados como seus líderes. Com boa vontade do governo, todos os registros públicos, bem como um amplo espectro de informação não-sigilosa, poderia ser disponibilizado on-line. A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano. Entretanto, a maioria dos estudos e relatórios descreve um quadro melancólico – com a possível exceção das democracias escandinavas (CASTELLS, 2003, p. 128).

Segundo o autor, o governo e os partidos políticos utilizam as TICs somente para veicular informações institucionais e suas ações, mas a preferência de meios para os debates e discussões, nos quais eles se comportam apenas como emissores, ainda é daqueles

tradicionais, como televisão, rádio e a imprensa escrita, pois os julgam como mais eficazes na comunicação com os cidadãos.

E, pode ser que tenham razão em fazê-lo se considerarmos os níveis da exclusão digital ao redor do mundo. A discriminação digital, segundo Matos (2009, p. 2)

[...] consiste numa situação de diferenciação entre as pessoas, que tem por base diferentes níveis de participação na sociedade da informação e que resulta de fatores de ordem econômica, social, educacional, cultural e política.

Segundo o autor, a exclusão digital é consequente à discriminação econômica, pois pessoas com baixa ou nenhuma renda têm menos oportunidades de adquirir ou ter acesso a equipamentos que permitam o ingresso na “vida digital”. Além disto, uma formação básica nas TICs é necessária para que um indivíduo seja, de fato, incluído no ciberespaço. Muitas pessoas não podem arcar com todos estes custos. Porém, o autor ressalta que é necessário que esteja claro que, apesar de serem a principal causa, não somente os empecilhos econômicos que desaceleram a inclusão digital. Fatores políticos, culturais e sociais também interferem na difusão das TICs. Por exemplo, como dito acima, uma das maiores causas da exclusão é a falta de formação e acesso à educação digital, mas isto não se dá somente pela incapacidade de um indivíduo de pagar aulas de iniciação. Considerando o nível de influência que as TICs exercem na sociedade, a inclusão digital deveria fazer parte da agenda educacional dos Estados, mas nem sempre é este o caso. Outro caso é o do estímulo à aprendizagem. Não basta somente o acesso à educação, mas para aqueles que adentram a vida digital, a transição deve ser acolhedora e fácil.

E aqui a noção de *user-friendly*, que podemos traduzir livre e alargadamente por aplicações e sites amigáveis, no sentido em que sejam fáceis de apreender e de utilizar, assume um papel importantíssimo na motivação dos utilizadores (MATOS, 2009, p. 5).

É necessário se aprofundar nas causas da discriminação digital a fim de saber como combatê-las, pois ela tem caráter circular, no sentido que quanto maior a exclusão digital,

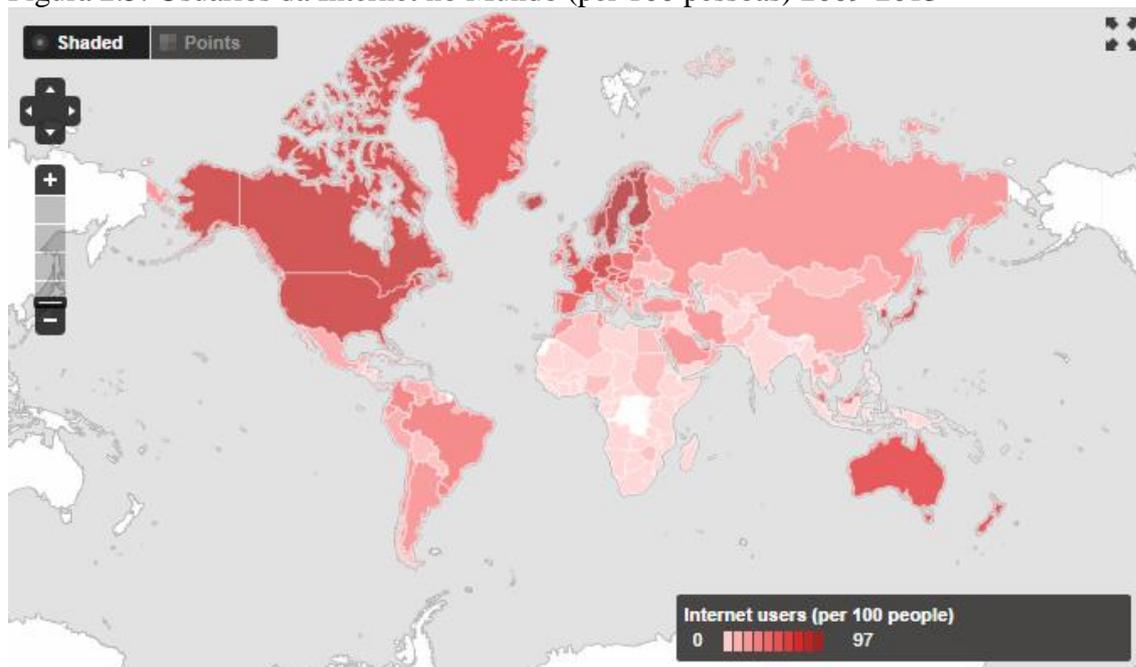
maiores as desigualdades económicas e sociais, uma vez que fica cada vez mais difícil de um “analfabeto digital” se inserir no mercado de trabalho, e com estas, agrava-se a situação da discriminação digital mais uma vez.

Uma vez criada a discriminação digital, esta, por sua vez, gera exclusão económica bem como discriminação cultural, política e social. Isto é tanto mais verdade quando vivemos no mundo cada vez mais em linha, ou deveríamos dizer online, já que a discriminação digital tem uma vertente linguística que não podemos ignorar, apesar da crescente presença da língua portuguesa no mundo digital. Trata-se portanto de um fenómeno circular, tendencialmente em espiral, que é preciso quebrar. Diminuindo a discriminação digital, diminui-se a exclusão económica e, esta, diminuída, reduz a discriminação digital (MATOS, 2009, p.3).

A dissonância entre dois grupos; o daqueles que têm acesso às TICs e o *know how* para utilizá-las e o daqueles que não os têm, é chamada de divisão digital e cada vez mais o vale entre os dois extremos cresce o que faz a sociedade se afastar cada vez mais do ideal democrático preconizado por Rousseau, que acreditava ser premissa básica da democracia a igualdade entre os cidadãos. Da mesma forma como as desvantagens dos cidadãos que estão “do lado errado da divisão” (MATOS, 2009, p.3) não lhes permitirem a equiparar-se aos seus compatriotas diante das oito condições institucionais de Dahl para o bom funcionamento da democracia, principalmente no que se refere à liberdade de expressão e ao direito de obter informações em fontes alternativas. Para ilustrar a realidade da situação, pode-se utilizar um mapa que mostra a relação de usuários da Internet por país na figura 1.5.

Percebe-se que os maiores índices são restritos a somente alguns países. Islândia, Bermuda, Noruega, Suécia, Dinamarca, Andorra, Países Baixos, Liechtenstein, Luxemburgo e Finlândia são os detentores dos dez maiores índices, enquanto Eritreia, Timor-Leste, Myanmar, Burundi, Somália, Guiné, Níger, Serra Leoa, Etiópia e a República Democrática do Congo detém os piores.

Figura 2.5: Usuários da Internet no Mundo (per 100 pessoas) 2009-2013



Fonte: World Bank, 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.P2/countries/1W?display=map>

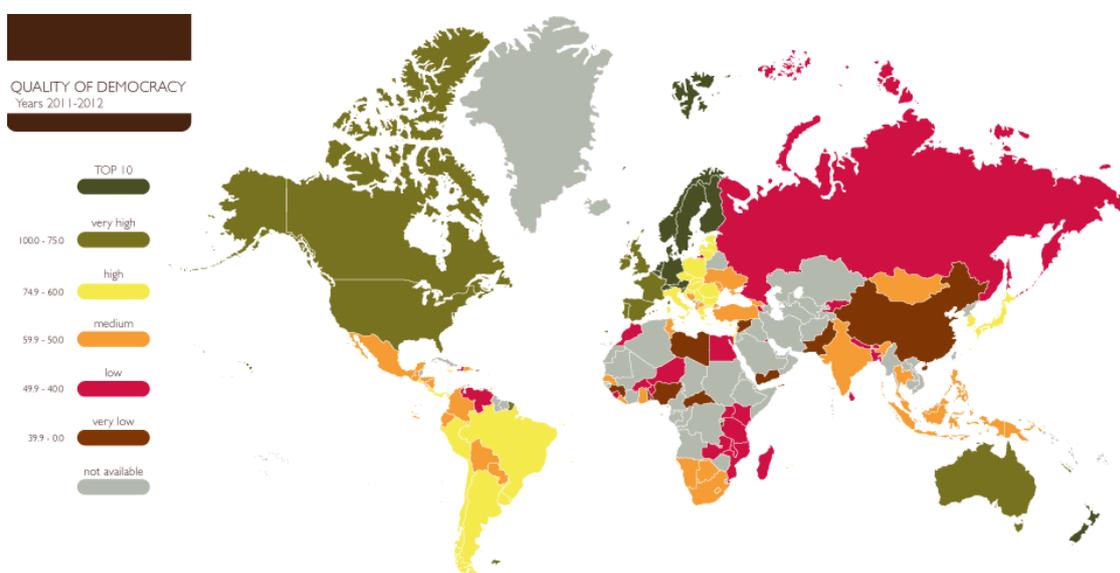
No capítulo 5 do Relatório “Measuring the Information Society” de 2011, denominado “Increasing the Internet use: the role of education, income, gender, age and location”, a União Internacional de Telecomunicação (UIT) analisa o perfil de usuários da Internet a partir de indicadores como idade, gênero e níveis de renda e afirma que os resultados de sua pesquisa não só servem a empresas que pretendem utilizar os dados em suas operações de marketing, mas também a governos que podem utilizá-los para identificar elementos que desmotivam ou impedem os cidadãos de ingressarem no ciberespaço e, a partir disto, criar políticas que objetivam diminuir a divisão digital. Acerca dos resultados gerais da pesquisa:

[...] as taxas mais altas de uso por pessoas com renda relativamente mais alta e maiores níveis de educação, em particular em países em desenvolvimento, sugerem que há uma ampla margem para aumentar o uso da internet através do endereçamento de barreiras de habilidades até o uso da internet e preço acessíveis. [...] A observação que o uso da Internet é particularmente popular entre gerações mais jovens sugere que há grande potencial para trazer mais pessoas online em países em desenvolvimento, onde populações tendem a ser mais jovens que em países desenvolvidos. Governos podem explorar o fato que pessoas mais jovens tendem estar online facilmente porque a Internet oferece conteúdo relevante, na

forma de material educacional e informação e, recentemente amplamente através de sites de redes sociais (ITU, 2011, p. 107).

Esta mesma análise aplicada aos países estudados é extremamente importante para determinar como expandir o alcance da Internet a fim que se for utilizada, de fato, como ferramenta democrática, possa atingir, esperançosamente, a totalidade das populações.

Figura 2.6: Qualidade da Democracia 2011-2012



Fonte: Democracy Ranking, 2013. Disponível em: [http://democracyranking.org/wordpress/?page\\_id=738#prettyPhoto\[rank\]/0/](http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=738#prettyPhoto[rank]/0/)

O relatório que determina a qualidade das democracias leva em conta indicadores políticos, econômicos, ambientais, sociais, relativos à saúde pública e educacionais. No topo do ranking estão respectivamente: Noruega, Suécia, Finlândia, Suíça, Dinamarca, Países Baixos, Alemanha, Nova Zelândia e Bélgica. Destes, cinco estão presentes no topo do ranking de inclusão digital e os outros não ficam muito atrás. Nas posições mais baixas encontram-se, em ordem, Iêmen, Síria, República Centro-Africana, Togo, Guiné, Paquistão, Nigéria, Líbia, China e Bahrain. Nenhum destes países bate com o fundo do ranking da inclusão, porém a maioria deles se encontra entre as colocações inferiores. É difícil, a partir desta última comparação, definir com certeza se o uso da internet influencia o desenvolvimento das boas democracias, mas pode-se dizer com certeza que auxilia na sua manutenção. Não se pode

generalizar conclusões acerca da relação entre a democratização e o acesso à internet. Tome-se o caso da China, onde o índice de inclusão digital é de pequeno a médio (45,8 pessoas de 100 têm acesso à internet), mas significativo, a qualidade da democracia é uma das piores. Isto pode significar que o nível de democratização independe do número de pessoas *on-line*. No entanto, a China é um dos países onde mais se pratica a censura, e a repressão de informações e discussões políticas através das TICs, segundo o relatório Freedom on the Net (2013) e este pode ser o motivo pelo qual a democratização é lenta e refreada.

A análise do potencial da internet como ferramenta da democracia será feita a partir da aplicação dos conceitos de democracia digital e indicadores de divisão digital apresentados nesta sub-parte e também através da exploração dos casos específicos de Egito e Tunísia no próximo capítulo. Porém, para garantir a maior representação analítica possível, o próximo capítulo será introduzido pela análise geral da internet em estados autoritários, pois nestes existe a presença de elementos como a censura, que também devem ser levados em conta quando se discute a democracia. Além disto, o contexto histórico dos países que será estudado é justamente um de transição do autoritarismo para a democracia.

### **3. A INTERNET COMO FERRAMENTA DEMOCRÁTICA**

Este capítulo será responsável por aplicar as teorias expostas aos casos específicos de Tunísia e Egito com a intenção de averiguar a função da internet como processo político numa realidade de transição democrática, quando a democracia dá seus passos iniciais. A primeira sub-parte se encarrega de definir a relação das TICs com Estados autoritários a fim de identificar os mesmos padrões em casos específicos, como o dos países estudados, e auxiliar a compreender sua relação com as mídias sociais e censura à época do início da transição democrática. Depois o capítulo segue à análise distinta de Tunísia e Egito, respectivamente. As sub-partes iniciarão com um histórico de desenvolvimento da internet nos países, seguirão para a análise dos elementos que podem interferir na oscilação do nível de divisão digital como: liberdade na internet, número de usuários da internet, a demografia dos países, o nível de desemprego, os níveis de alfabetização e as taxas de inscrições escolares. Será feita também uma correlação destes fatores com a crise da democracia e, por fim, realizar-se-á uma análise da realidade política desde o início da Primavera Árabe até a instituição de suas novas constituições em 2014 levando em conta a participação da internet e com uma proposta de otimização desta relação para se poder aumentar a qualidade da democracia.

#### **3.1. A Internet em Estados Autoritários**

A aproximação dos Estados e das sociedades no advento da globalização é controversa ao gerar especulações acerca do futuro do Sistema Internacional enquanto novas formas de comunicação ameaçam a manutenção das fronteiras estatais. Em um primeiro momento, esta ameaça parece ater-se somente ao mundo virtual diante do desenvolvimento das TICs e do conseqüente desenvolvimento do ciberespaço, mas os níveis de interação das redes sociais com o ativismo político nas ruas no contexto da Primavera Árabe foram sem precedentes e reacenderam discussões iniciadas quando as redes sociais ainda não eram mencionadas no meio acadêmico e a influência da Internet sobre a política era extremamente obscura. Atualmente os efeitos da Internet não podem ser calculados com certeza, mas os resultados em curto prazo da Primavera Árabe já nos permitem traçar algumas conclusões.

Antes de iniciar a análise acerca do fenômeno que tomou parte em 2011, utilizando como referência a Tunísia e o Egito, é importante determinar como se dá a relação entre Estados autoritários e as TICs, para que se possa traçar paralelos com a configuração atual, após as Revoluções.

A falta de clareza dos efeitos da Internet na política gerou especulação por parte não só dos interessados na democratização do SI como, principalmente, dos Estados autoritários. A ameaça de veiculação de informações extragovernamentais, do ciberativismo, e outros elementos que pudessem colocar em risco a manutenção do status-quo político levaram diversos Estados a implementarem, segundo Kalathil e Boas (2003, p. 136), uma abordagem proativa em relação ao desenvolvimento das TICs nos Estados analisados, alguns deles sendo China, Cuba, Egito e Emirados Árabes Unidos.

Segundo os autores, os governos se reafirmam a partir de um legado de controle das TICs. Enquanto acadêmicos e cientistas desenvolvem os avanços iniciais em relação às tecnologias da internet o Estado se responsabiliza por guiar sua difusão no âmbito das fronteiras nacionais. Ao fazer isto, eles arquitetam políticas e tecnologias que facilitam seu controle sobre a Internet. Também são guiados por objetivos econômicos, uma vez que a internet pode ser utilizada para fins comerciais e configurar como um indicativo de desenvolvimento econômico. Este último, por sua vez, pode servir como fator que legitima um regime autoritário perante instituições internacionais. O sucesso das estratégias referentes à monitoração das TICs é dependente também da eficiência do Estado, que os autores indicam ter relação direta ao seu tamanho. Políticas em nível macro são bem-sucedidas até certo ponto, mas Estados menores têm a capacidade de executá-las a partir de subdivisões e acompanhá-las de forma mais eficaz. O controle sobre as TICs também permite que desenvolvam plataformas de “e-governo” e executem serviços aos cidadãos. O nível de eficácia destes é proporcional ou não a uma percepção de legitimidade. Os autores afirmam que os governos pretendem veicular a imagem de democracia através destes processos digitais a partir do fornecimento de alguns benefícios, mas que o fazem pelos motivos errados. Ao invés de promover, de fato, a democracia, utilizam as plataformas como estratégia de distração. Além de disponibilizar serviços governamentais *online*, diversos regimes autoritários utilizam o meio para difundir ideologias e fazer propagandas favoráveis a eles mesmos. Uma das práticas mais relevantes é a censura da internet. O método mais comum é filtrar o tráfego através de um sistema nacional de *firewalls* e servidores *proxy* que bloqueiam

material considerado moral ou politicamente inapropriado, assim como qualquer informação que possa vir de outros países, principalmente democráticos, e influenciar o pensamento local. Há, no entanto, diversos indivíduos que conseguem driblar as barreiras e acessar este material interdito, mas correm o risco de represália. Os autores dizem também que o acesso à internet nos países estudados, à época era ainda em maior parte utilizado pelas elites, não só econômicas, mas aos grupos beneficiários do *status-quo* governamental. Outra tendência que Kalathil e Boas dizem auto-bloquear o diálogo político na Internet é de a maioria dos usuários se comportarem de forma em que seus objetivos online são conversar com amigos e família e acessar sites de entretenimento. Mesmo que tenham vontade de se informar a partir de mídias alternativas, preferem não se arriscar.

Mas, aqueles que decidem se arriscar podem se dedicar a transmitir as informações extragovernamentais obtidas a outros indivíduos e usar estes dribles à censura para encontrar pessoas com interesses similares, formar alianças *ad hoc* e organizá-las com maior agilidade. Estas ações foram bastante observadas durante a Primavera Árabe, que ganhou notoriedade pelo alto nível de participação das redes sociais no processo de organização dos protestos e na difusão de informações entre os cidadãos a tal ponto que durante alguns meses depois do início das revoluções, diversos teóricos e jornalistas, atribuíram o sucesso das insurreições ao envolvimento da internet. Howard, *et al* (2011, p.2-3), dizem que as mídias sociais tiveram papel fundamental em moldar debates políticos durante a Primavera Árabe, que aumentos em conversas revolucionárias online geralmente precediam grandes acontecimentos nas ruas e que as mídias sociais ajudaram a difundir ideias democráticas em fronteiras internacionais.

Por outro lado, o autor Hisham Matar, durante o debate “Free Speech: The Great Middle East Revolution” em Devon no Reino Unido disse que

Têm tido diversas declarações ousadas sobre as revoltas no Egito e na Tunísia: que elas não poderiam ter acontecido sem a internet. Eu acho que é um exagero [...] O levante egípcio não aconteceu no Facebook ou no Twitter, porque não poderia ter acontecido sem as classes trabalhadoras, e eles não têm acesso a essas coisas. As pessoas que têm acesso e sabem como usá-la são a elite. Mas [o levante] permitiu que a ágil elite internacionalista mobilizasse e difundisse à mídia internacional. Isso foi muito importante. [...] As revoluções são uma coisa chata. Eles levam anos. A mudança social leva um tempo muito longo. A internet é uma de muitas diferentes ferramentas e eu não acho que isso sempre vai fazer ou quebrar um levante (Matar, 2011, tradução nossa).

Uma das formas de tentar caracterizar a Internet como ferramenta democratizante, ou não, escolhida nesta pesquisa foi a análise de seu envolvimento e influência em uma das manifestações basilares da democracia: a contestação. Como apresentado anteriormente, Dahl vê a participação e a contestação como ferramentas no aumento da oposição ao governo e esta, por sua vez, promove o incremento da dimensão democrática. Porém, cada um dos países estudados nesta pesquisa tem históricos políticos e cibernéticos diferentes e conclusões só poderão ser traçadas a partir de uma análise específica a cada um.

### **3.2. Tunísia: Censura, Juventude, Desemprego**

Em dezembro de 2010 Mohamed Bouazizi, vendedor de rua tunisiano, colocou fogo em si mesmo em protesto ao confisco de seu carrinho de frutas e à humilhação que sofreu nas mãos de uma oficial do governo. A Revolução Tunisiana, iniciada em janeiro de 2011, foi a primeira das insurreições do povo contra seu governo no mundo árabe neste contexto, teve como estopim a auto-imolação de Bouazizi e resultou na derrubada do presidente Zine El Abidine Ben Ali em 14 de janeiro do mesmo ano. O uso das redes sociais ajudou a virar a balança com imagens do vendedor hospitalizado sendo altamente compartilhadas e se considerarmos a consequente reação governamental. A oposição cibernética, que antes se atinha, mormente, à blogosfera especializada na crítica governamental, começou a espriar para as redes, até então mais utilizadas para fins sociais – comunicar com amigos e família, por exemplo. Os cidadãos, já revoltosos com a inflação dos preços dos alimentos, alta taxa de desemprego e a falta de liberdades políticas, como o direito à expressão, em suas vidas privadas encontraram nas redes sociais um ambiente de identificação, reconhecimento de preocupações mútuas, e, a partir disto, uma nova forma organização passou a acontecer.

Uma campanha virtual agressiva chamou concidadãos e sindicatos a criar comissões para apoiar a revolta em Sidi Bouzid. Uniões de advogados e estudantes foram as primeiras a tomar as ruas de forma organizada (HOWARD, *et al*, 2011, p.8).

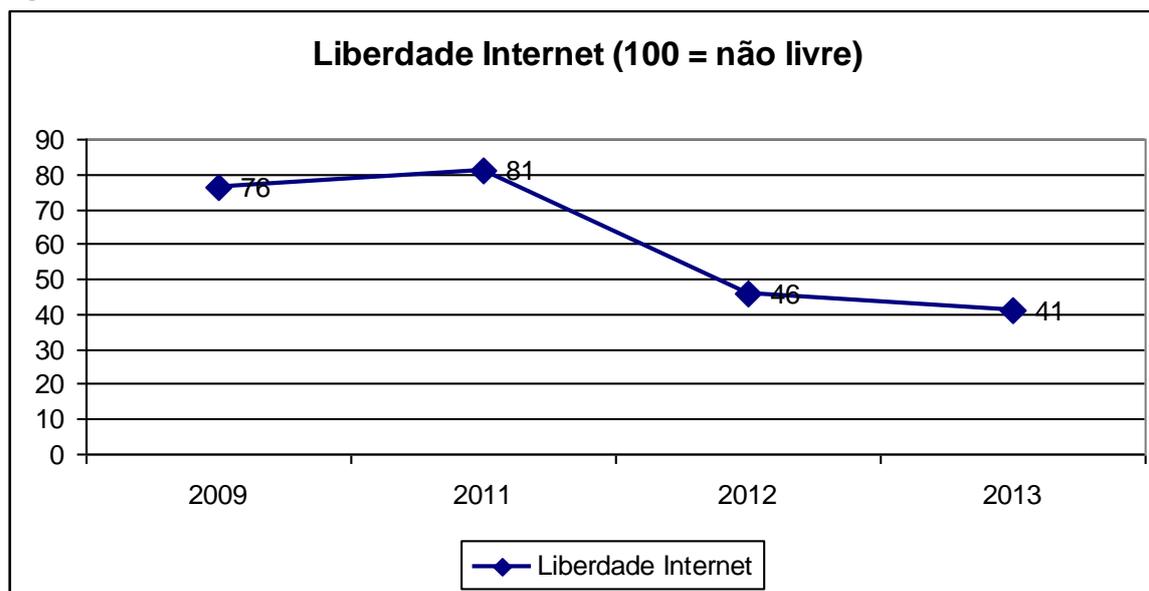
Como reação, o governo tentou banir plataformas como Facebook, Youtube e Twitter, intensificando uma censura à Internet que existia, mas que nunca havia sido tão firme.

Desde o início do uso da Internet na Tunísia, em 1996, o regime autocrático do Presidente Zine El Abdine Ben Ali se ocupou de exercer a censura através de gastos consideráveis voltados à criação concomitante ao lançamento do acesso à Internet ao público pela primeira vez, da Agencia da Internet Tunisiana que se ocupava de bloquear vozes online e *websites* que criticavam o regime (Abrougi, 2012). De toda forma,

Já que a mídia tradicional sob o regime de Ben Ali era censurada e rijamente controlada pelo governo, a internet era usada como um foro comparativamente aberto para arejar opiniões políticas e sociais e uma plataforma alternativa para debates públicos sobre sérias questões políticas (KELLY *et al*, 2013, p. 709, tradução nossa).

Sob o regime de Ben Ali, diversos aplicativos de mídia social como Dailymotion, YouTube e Flickr foram sistematicamente bloqueados pelo governo, assim como softwares que permitem fazer chamadas de voz através da internet, mas aplicativos como Skype e Google Talk, que fornecem Voz sobre IP (VoIP) e outros serviços, eram permitidos. O Facebook foi bloqueado temporariamente em 2008, mas alguns grupos, perfis e links de vídeo no aplicativo permaneceram inacessíveis após sua liberalização. (KELLY *et al*, 2012, p. 517) Porém, a plataforma foi chave quando houve o bloqueio de sites de upload de vídeos, pois a rede social permite a atividade também. Já que o Facebook não foi bloqueado durante o início dos protestos, foi uma das ferramentas mais utilizadas para a difusão de imagens e informações acerca da realidade nas ruas. Conexões de internet privadas de alguns jornalistas, ativistas e blogueiros políticos foram muitas vezes evidentemente cortadas devido a "problemas técnicos", ou velocidades foram reduzidas para dificultar sua capacidade de exibir sites e postar informações. Algumas contas no Twitter também foram bloqueadas. (KELLY *et al*, 2012, p. 517-518) O país foi considerado como "inimigo da internet" em 2009 e 2010 pelo relatório homônimo da organização Reporters Without Borders, mas apesar disto, sua censura das TICs, enquanto alta, parecia ser reduzida em relação a outras mídias e este é um dos motivos pelo qual foi o meio mais utilizado durante a Revolução de Jasmin em 2011.

Figura 3.1: Liberdade na Internet - Tunísia



Fonte: Relatórios Freedom on the Net 2009, 2011, 2012, 2013. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-net/2011/tunisia#.VFj9TvnF80w>>

Segundo o gráfico da Figura 2.1, a falta de liberdade na internet (medida a partir do número de violações aos direitos dos usuários, limites de conteúdo e obstáculos ao acesso) passa de 81 durante 2011, ano da Revolução Tunisiana, para aproximadamente a sua metade em 2012 e 2013, anos em que o país deixou de sofrer a censura característica ao governo de Ben Ali. Contudo, o fato de que a existência da falta de liberdade não foi completamente eficiente na barragem do diálogo político online aponta para o potencial da Internet como fator entusiasmante. Com relativa segurança que existe em protestar “do conforto de casa”, a enorme quantidade de pessoas que as redes sociais podem atingir, a capacidade de esconder, até certo grau, a própria identidade, neste primeiro momento de derrubada do governo autoritário a Internet pareceu uma ferramenta poderosa.

No entanto, estes elementos que parecem vantagens podem funcionar contra o próprio povo. O ativismo através das redes sociais pode ficar confortável demais, por exemplo. O véu de segurança oferecido pelas TICs pode levar os usuários a superestimarem o impacto do ativismo virtual e, por este motivo, não levarem suas reivindicações para além do ciberespaço, que é onde as vozes dos cidadãos tem volume maior enquanto não houver vias oficiais para promover mudança através do mundo digital, o que certamente é o caso para um Estado autoritário. Muitos Estados democráticos hoje sofrem com a crise da democracia, que pode se manifestar de várias formas, mas algumas deles podem ser agravadas conforme

aumenta o uso da internet. Fora o conforto e a ilusão de ativismo mencionados acima, pode haver também o pensamento que se um indivíduo mais qualificado e interessado vai às ruas, outros não precisam se preocupar. Esta transferência de responsabilidade civil diz bastante sobre a falta de apreciação pela democracia. Muitos governos também acabam se aproveitando deste desinteresse da população e de suas posições de poder e utilizam o sistema representativo para investir em interesses próprios, fazendo planos que não consideram todas as parcelas da população e viciando as instituições de uma forma que muitas vezes a ineficiência é deixada como herança ao governo seguinte. Um ciclo então se forma, com a maioria de uma população que percebe as incoerências, mas que não se mobiliza em dimensão suficientemente ameaçadora para resultar em mudança. Isto pode ser explicado de várias formas, mas para esta pesquisa considerar-se-á a ideia de liberdade. Enquanto o povo não sente que sua liberdade está sendo ameaçada, de modo que irá afetar cada pessoa de forma individual, dificilmente haverá incentivo ao protesto.

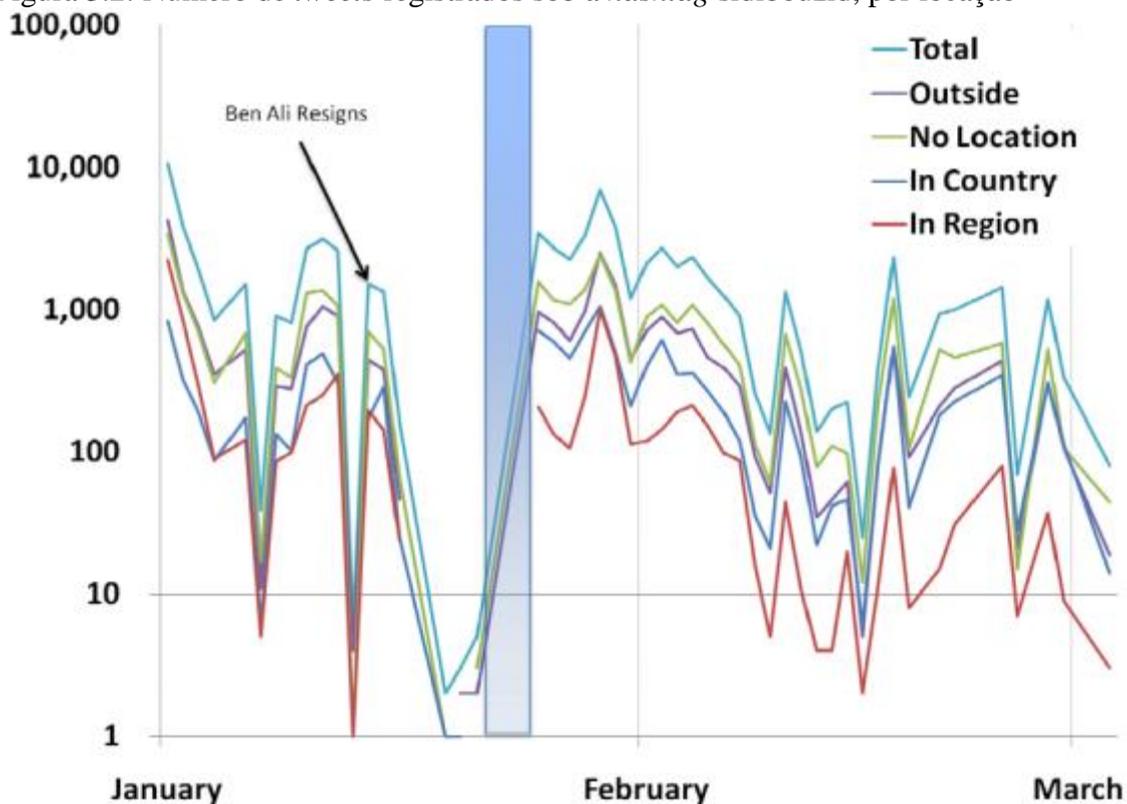
A realidade tunisiana já era de falta de liberdades e isto pode apontar que a internet não teve papel motivador nas manifestações, pois o verdadeiro incentivo era o descontentamento da maioria da população com seu governo autoritário. Porém, as redes sociais foram extremamente importantes em expandir este sentimento. O uso de vídeos que retratavam a realidade dos protestos, a maioria feita por cinegrafistas amadores e sem edição, foi chave por serem imagens geralmente não vistas em mídias tradicionais. *Tweets* feitos ao vivo que recontavam os acontecimentos também ajudaram a incentivar o descontentamento e estes tinham grande alcance devido às *hashtags* que facilitam as buscas. O conteúdo de ambos meios era, em maior parte, a retratação da realidade política a cada dia de protestos na Tunísia, mas em momentos chave na Revolução, serviram também como fontes de denúncia do abuso de poder governamental.

Quando ele [Mohamed Bouazizi] morreu em um hospital no dia 4 de janeiro, os protestos já haviam se espalhado por cidades de todo o país. Não é suficiente dizer que a notícia da tragédia de Bouazizi viajou rapidamente, porque a mídia estatal não cobriu a tragédia ou a raiva latente sobre a opressão política na cidade de Sidi Bouzid, onde Bouazizi se auto-imolou. Redes de familiares e amigos, sentindo simpatia pela condição do homem que morria, veio a perceber que compartilhavam queixas comuns. O reconhecimento veio conforme pessoas assistiam vídeos do YouTube sobre o Estado abusivo, liam online a cobertura da imprensa estrangeira sobre a corrupção política e dividiam piadas sobre seus ditadores velhos em sites de mídia social (HOWARD *et al*, 2011, p.8, tradução nossa).

Durante as manifestações a plataforma mais utilizada foi o Twitter. Inclusive, o conteúdo veiculado nas hashtags a respeito da realidade tunisiana pareceu ter efeito em indivíduos de outros países da África do Norte que mais tarde começaram a se mobilizar contra seus próprios governos. Howard, *et al* (2011, p.9) afirmam que a plataforma tem o poder de veicular informações de forma muito rápida. Que, à época, um grande volume de pessoas acompanhou os eventos na Tunísia conforme aconteciam, também que foi uma ferramenta chave na região para aumentar esperanças de sucesso e de coordenação de estratégias.

A Figura 2.2 demonstra a atividade de uma das *hashtags* mais utilizadas na Tunísia, #sidibouzid, e seu impacto em diversos locais. Apesar de demonstrar seu grande alcance, os *tweets* no total atingindo a casa dos dez mil em determinadas ocasiões, é importante perceber o movimento da atividade. Antes da resignação de Ben Ali, mais de mil pessoas “tuítava” sobre a mudança política no país a cada dia. Após a resignação do presidente, a queda é bastante visível, mas isto aparentemente foi devido à forças de segurança que estavam interferindo com redes de comunicação (HOWARD, *et al* 2011, p.11). Após a situação se normalizar a atividade continuou ondulando entre a casa dos mil e dez mil, pois enquanto o presidente havia sido deposto, a elite do antigo regime ainda não tinha sido completamente removida do poder. Conforme foram sendo removidos, porém, a atividade voltada à realidade política na plataforma caiu consideravelmente. Esta tendência pode servir como outro indicativo de que o nível de contestação é diretamente proporcional à falta de liberdade, ao menos neste contexto.

Figura 3.2: Número de *tweets* registrados sob a *hashtag* sidibouzid, por localização



Fonte: Howard, *et al*, 2011, p.11. Disponível em: < [http://pitpi.org//2013/02/2011\\_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid\\_pITPI.pdf](http://pitpi.org//2013/02/2011_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid_pITPI.pdf)>

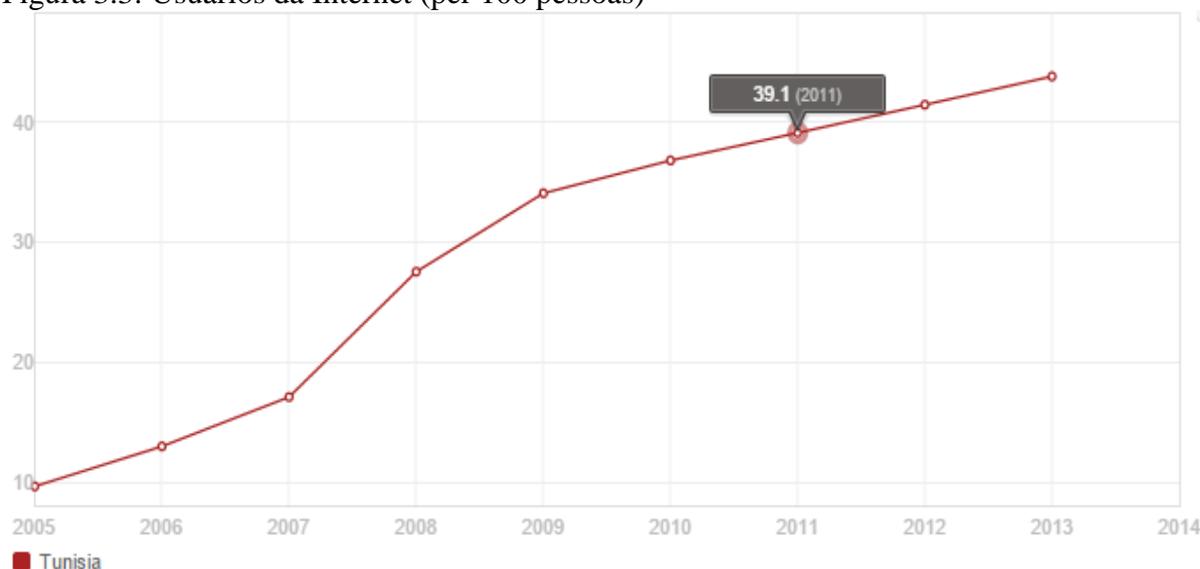
Este pode não ser sempre o caso, pois há mais elementos a se analisar antes de se traçar conclusões. Afinal, cada país tem suas características e o que motiva um povo, pode não motivar outro. Apesar de, como mesmo Dahl (1997) indica, a contestação se torna menos utilizada conforme a dimensão democrática evolui, num sistema não ideal a baixa contestação pode ser resultado da não representação de alguns setores da sociedade. Como mencionado antes, o uso da internet para fins políticos em um contexto de revolução pode ser responsável pela formação de alianças *ad hoc* motivadas por interesses comuns de alguns ou muitos indivíduos. Mas se alguma parcela da sociedade não tem acesso às TICs, pode ser que a redução de contestação não signifique automaticamente que a população como um todo está satisfeita com a realidade política, mas que somente o grupo de pessoas que tem acesso à Internet e a utiliza como plataforma política se fez ouvido.

Como grupo, os usuários do Twitter são, provavelmente, mais educados e ricos do que a média das pessoas e há maior probabilidade de serem encontrados em grandes cidades. Eles também são, por conseguinte, os líderes de opinião para quem o

Twitter serviu como um importante meio de exercício de uma longa conversa sobre as perspectivas para a liberdade e a logística da ação social (HOWARD *et al*, 2011, p.9-10, tradução nossa).

É importante determinar, porém, se este é mesmo o caso e se estas características também se aplicam ao resto do espectro das redes sociais e TICs.

Figura 3.3: Usuários da Internet (per 100 pessoas)



Fonte: The World Bank, 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.P2/countries/TN?display=graph>

A quantidade de usuários da internet per 100 pessoas parece ter crescido de maneira constante desde 2009. O acelerado crescimento de 2007 até 2009 é justificado pela melhora dos serviços de TICs e queda dos preços da internet, especialmente no ano de 2008 (OXFORD BUSINESS GROUP, 2009, p. 164). O nível de penetração não parece ter sido influenciado pela mudança de regime. Em 2011, ano da Revolução, aproximadamente 39 pessoas em 100 tinham acesso à internet e após isto, o número pareceu crescer no mesmo ritmo que os anos anteriores. Porém, há outros indicadores que podem ser observados neste caso.

Quadro 3.1.: Internet na Tunísia – Outros Indicadores

	2011	2012
Porcentagem de residências com computador	21	22,8
Porcentagem de residências com acesso à Internet	16	20,6
Porcentagem de indivíduos usando a Internet	39,1	41,4
Assinaturas de banda-larga fixa per 100 habitantes	5,1	4,8
Assinaturas de banda-larga móvel ativa per 100 habitantes	2,4	5,2

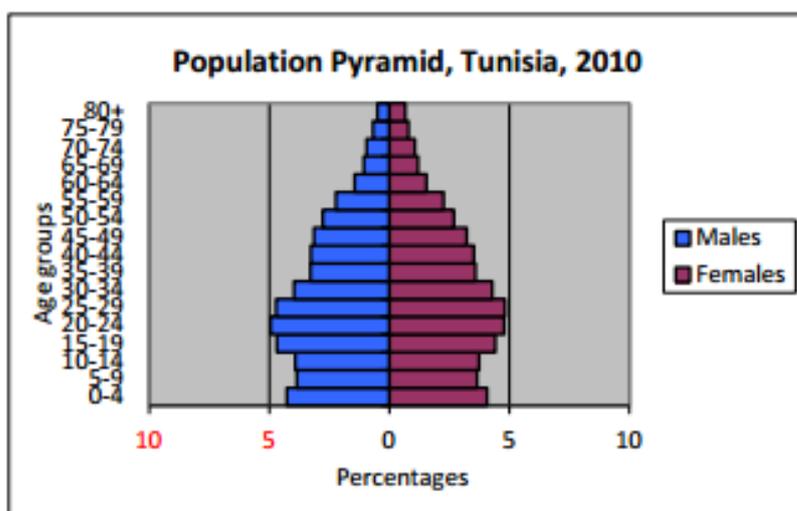
Fonte: ITU, Measuring the Information Society 2012 e 2013. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/default.aspx>> Acesso em: 02/11/2014

Uma parcela não tão grande da população tinha acesso à internet em casa 2011, o que pode indicar que a representatividade do povo nas discussões políticas no ciberespaço não foi alta. Em 2012, quando o país já havia praticamente se acostumado com o fim da censura, as alterações não foram significativas o suficiente para dizer-se com certeza que ocorreram devido ao fim do autoritarismo. Inclusive, a diminuição de assinaturas de banda-larga fixa per 100 habitantes e o aumento da móvel podem indicar, por exemplo, que houve uma preferência pelo acesso da internet através de dispositivos móveis em detrimento do feito pelos fixos. O preço das assinaturas também pode ter influência na decisão dos cidadãos. Os pacotes oferecidos pela estatal Tunisie Telecom em 2011 variaram de 20 dinares (US\$ 15) por mês, para uma velocidade de conexão de 1 Mbps, a 50 dinares (US\$ 38), para uma velocidade de conexão de 4Mbps. Os preços oferecidos por outros provedores para as mesmas velocidades variavam entre 15 e 25 dinares. Embora não existissem limites legais sobre a capacidade de dados que os poderiam oferecer, a banda-larga era muito baixa, e a conectividade altamente dependente da proximidade física da infraestrutura existente (KELLY *et al*, 2011, p. 322). Considerando que o salário mínimo à época era de 272,48 dinars por mês por 48 horas/semana (ILO, 2011), é possível considerar o custo da assinatura como empecilho à inclusão digital neste caso.

Porém, segundo Kelly *et al* (2013, p. 710), a maioria dos tunisianos acessa a internet em seu ambiente de trabalho ou em cybercafés privados conhecidos como “publínets”, que têm preço reduzido por hora. Os ambientes tornaram-se especialmente populares após a queda do regime autoritário em 2011 que fez com que a lei que proibia o acesso wireless em cafés e

restaurantes perdesse força e levou estes estabelecimentos a utilizarem o acesso livre como atrativo ao público jovem, usuário de redes sociais, desconsiderando o fato de a lei continuar vigente mesmo após a queda de Ben Ali. Se estes ambientes forem, de fato, bem sucedidos em atrair o público pretendido, estarão atingindo parte significativa da população.

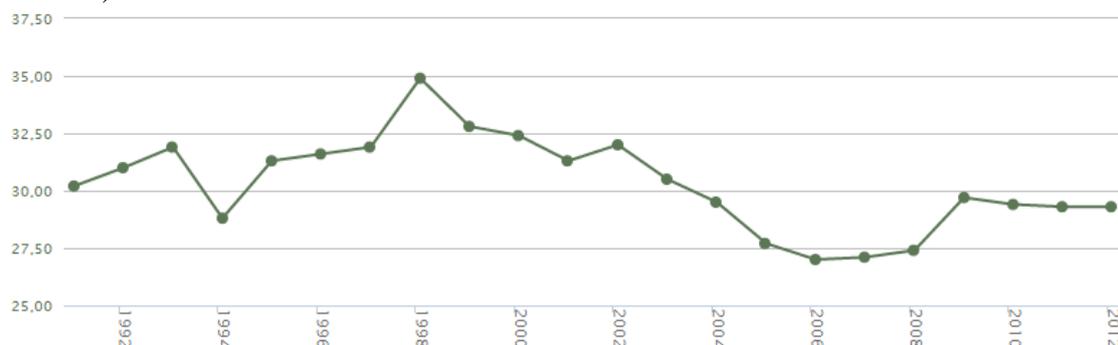
Figura 3.4: Pirâmide Populacional Tunísia - 2010



Fonte: ONU, 2012. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/wcu2010/Main.html> Acesso em: 04/10/2014

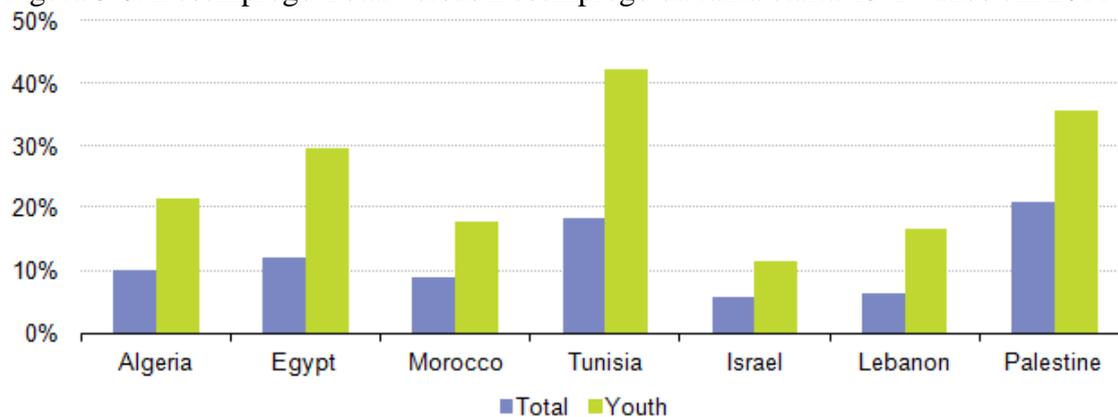
A pirâmide populacional indica que a idade média do povo tunisiano é de aproximadamente 30 anos. Segundo a ONU (2012), no ano de 2010, a faixa etária de 5-14 anos compunha 15,2% da população, enquanto a de 15-64 compunha 69,6%. Outro dado importante é que a população tunisiana é mais urbana que rural. Em 2011 a porção urbana chegou a 66,3% do total enquanto a porção rural, consequentemente, foi de 33,7%.

Figura 3.5: Desemprego na Tunísia (porcentagem da mão de obra total na faixa etária de 15-24 anos)



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

Figura 3.6: Desemprego Total versus Desemprego da faixa etária 15-24 anos em 2011

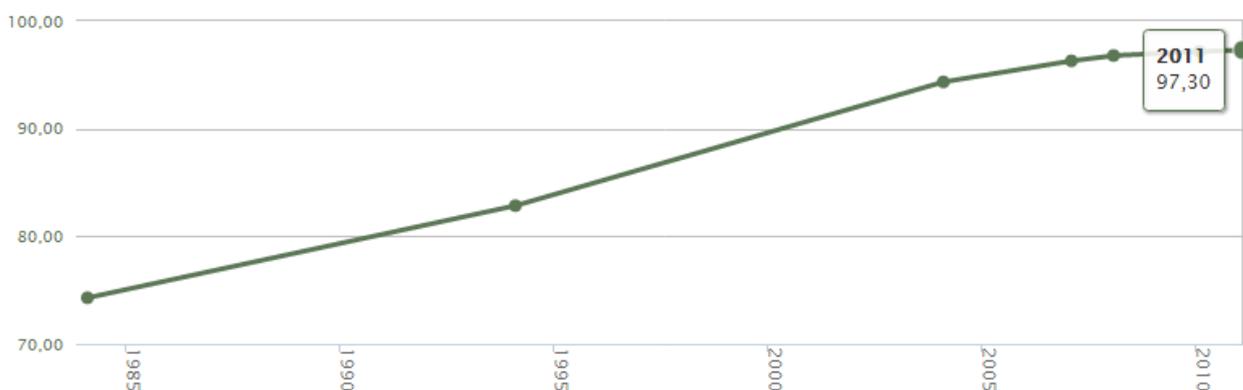


Fonte: Eurostat, 2014. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Youth\\_statistics\\_-\\_North\\_Africa\\_and\\_Eastern\\_Mediterranean](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Youth_statistics_-_North_Africa_and_Eastern_Mediterranean)> Acesso em: 02/11/2014

As faixas etárias de 15-19 e 20-24 parecem, ao se analisar a Figura 2.5, ser duas das maiores parcelas da população. Considerado isto, o desemprego da juventude tunisiana é relativamente alto, mas apresentava queda de 2002 a 2006. Houve leve aumento de 2006 até 2008, mas o incremento só foi sentido mesmo em 2009 quando voltou para entre 20 e 40. Este aumento pode se dever ao impacto da crise americana de 2008. Até a revolução em 2011, os níveis se mantiveram altos, o que pode ter sido uma das fontes de descontentamento. A economia tunisiana foi um dos maiores pontos de contestação durante a revolução. O povo reivindicava reforma do sistema econômico principalmente devido à alta taxa de desemprego

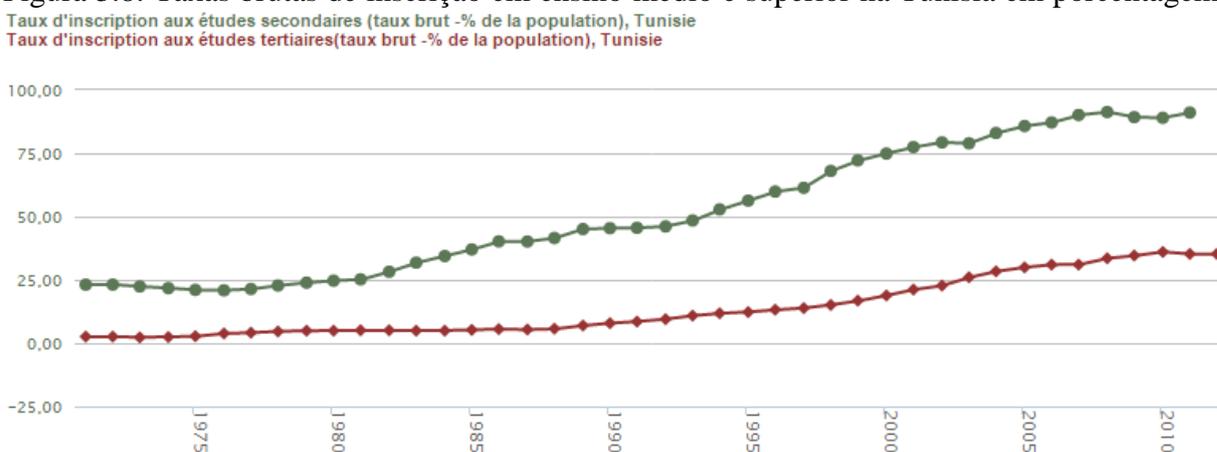
e após várias informações relativas a excessos e corrupção por parte de Ben Ali e sua família vieram à tona (RUSSEL, 2011).

Figura 3.7: Nível de alfabetização da faixa da população com 15-24 anos da Tunísia em porcentagem



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

Figura 3.8: Taxas brutas de inscrição em ensino médio e superior na Tunísia em porcentagem



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

O nível de alfabetização da população jovem (15-24 anos) tunisiana é próximo ao de países desenvolvidos, chegando a 97% em 2011. A taxa bruta de matrículas em escolas secundárias atingiu 91,09% em 2011 e a taxa bruta de inscrição de indivíduos no ensino

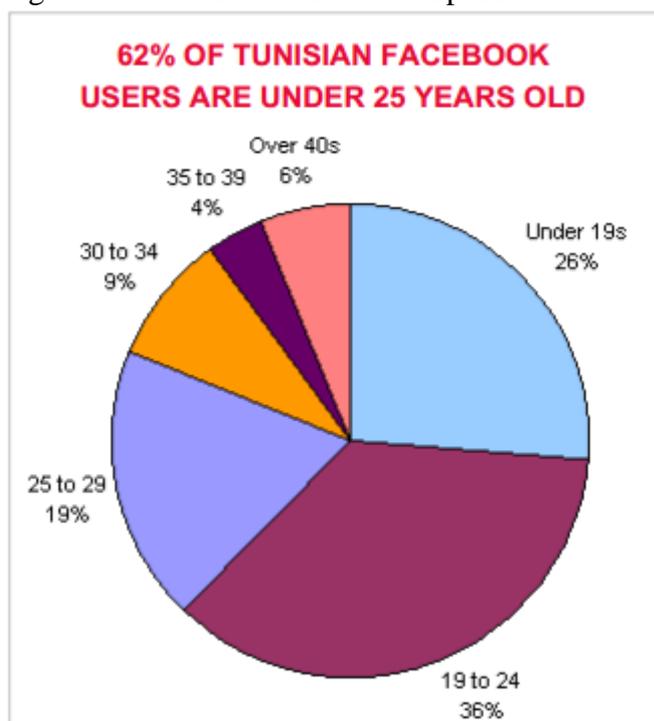
superior foi calculada em 35,22% no mesmo ano. Estes indicadores apontam para o grande potencial da juventude Tunisiana. Mesmo que os valores ainda não sejam ideais, uma alfabetização de quase 100% da população jovem não permite explicar o desemprego como falta de qualificação, por exemplo, ao menos em relação a empregos que não exigem educação superior.

As consequências da falta de oportunidades e reconhecimento do mercado de trabalho implícita nestes resultados podem ter sido uma das razões para o descontentamento desta parcela da sociedade com seus governos. Mulderig (2013, p. 22) afirma que os jovens envolvidos na Primavera Árabe, em geral, sentiam que seus governos não haviam lhes oferecido as oportunidades que mereciam. Que sentiam traídos por antes terem demonstrado patriotismo e lealdade para não receberem nada em troca depois. Em diversos países não tinham plataformas para discutir estas insatisfações com o governo.

Com raiva e pouca coisa a fazer, muitos desempregados, altamente educados e solteiros, a juventude recorre a protestos pacíficos – ou pior, à militância – e representam uma ameaça legítima à segurança de regimes árabes. [...] A juventude na Praça Tahrir não tinha que temer perder seus empregos ou casa por ficar dias acampada nos protestos; inquietos e de mãos vazias, esta juventude não tinha empregos para faltar e nem jovens esposas ou casas próprias para onde voltar. Presos em uma fase liminar idade pré-adulta, a juventude culpa os regimes que colocaram muitos empecilhos em seus caminhos à maturidade e aceitação social. No fim das contas, a Primavera Árabe foi uma manifestação política de frustração cultural para uma grande parte da juventude árabe (MULDERIG 2013, p. 23, tradução nossa).

Ao olhar também para a faixa etária dos usuários do Facebook – site mais acessado em 2010 e uma das plataformas mais livres à época dos protestos; utilizado por 15% da população ao todo e por 44% dos usuários da Internet em 2010 (MALIN, 2010, p.12) – pode-se mais uma vez perceber a predominância da juventude.

Figura 3.9: Usuários do Facebook por idade



Fonte: Malin, 2010, p. 12. Disponível em: <[http://www.spotonpr.com/wp-content/uploads/2010/05/FacebookMENA\\_24May10.pdf](http://www.spotonpr.com/wp-content/uploads/2010/05/FacebookMENA_24May10.pdf)> Acesso em: 25/10/2014

Estes dados não confirmam completamente que a demografia da atividade política online era composta, mormente, pela juventude tunisiana. Nem que, pela própria população da Tunísia ser, em sua maioria, jovem, o movimento revolucionário nas redes sociais conseguiu representar a população por completo. Mas, a investigação destes dados trouxe à tona questões extremamente relevantes à análise final da relação internet/democracia nesta pesquisa. Diversos fatores apontam para o fato que o uso da internet nos protestos foi somente consequência deles. A faixa-etária e educação dos cidadãos que mais utilizaram as redes sociais indicam sua facilidade ao acesso. Jovens de 15-24 anos pertencem à geração que cresceu com as TICs. Por mais que nem todos possam ter tido acesso a ela desde pequenos, a internet existe na Tunísia desde 1996 e isto permitiu com que no mínimo as gerações mais jovens se familiarizassem com seu conceito de forma mais fácil. Outro fator é que a maior parcela da população se encontra em áreas urbanas, onde o acesso às TICs e à banda-larga é mais fácil, pois há, nestas áreas, a concentração de serviços. A faixa populacional dos 15-24 também tem um nível de alfabetização similar de países desenvolvidos e apresenta uma taxa bruta de matrícula no ensino secundário igualmente grande. A incidência no ensino superior é menor, mas bastante considerável.

Apesar dos altos níveis de educação, uma grande parte dos jovens não conseguia, até 2011, encontrar trabalho. Quando vários casos de desvios e corrupção por parte de Ben Ali e sua família vieram à tona, os jovens se sentiram traídos e passaram a reclamar da ausência de representação por parte do governo e da falta de oportunidades. A disponibilidade da população jovem desempregada permitiu que se dedicassem às manifestações, mas a natureza das reivindicações não era primordialmente política. A democracia parece ter sido considerada um fim para os meios, neste contexto. A falta de liberdades levou à contestação, mas os manifestantes não pareciam ter uma agenda política definida ou líderes oficiais que pudessem representar o movimento como um todo. Os indivíduos se uniram devido a uma ou algumas causas comuns, e a internet foi chave ao permitir que estes se encontrassem. No entanto, somente concordar uns com os outros não é o suficiente para se conseguir organizar uma plataforma representativa concreta. A falta de representante deste grupo diante da nova organização democrática permitiu que líderes de outros setores da sociedade ou estruturas de mobilização pré-existentes, mais organizadas, subissem ao poder através das próprias manifestações organizadas, em sua maioria pelo grupo desorganizado, que enfraquecem o antigo governo e permitiram que uma substituição ocorresse. Isto só serviu para que, novamente, as reivindicações dos jovens envolvidos não tivessem prioridade. A taxa de desemprego embora tenha baixado, permanece alta, por exemplo.

Figura 3.10: Taxa de desemprego total bimestral 2011-2014



Fonte: Trading Economics, 2014. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/tunisia/unemployment-rate>> Acesso em: 04/11/2014

Na Tunísia, contudo, apesar de as taxas de desemprego terem caído de 18.3% em 2011 para 16.7% em 2012, a situação permanece preocupante. Após a revolução,

muitos eventos sociais e políticos agravaram o mercado de trabalho. Pessoas jovens são as mais afetadas pelo desemprego na Tunísia (SANA, 2014, tradução nossa).

Porém, a Tunísia ganhou destaque no início de 2014 quando superou desacordos políticos, resultantes da disputa pelo poder dos grupos organizados interessados em governar o país, sendo transigentes e promulgando uma nova constituição.

A transição para a democracia da Tunísia foi, diversas vezes, problemática. Dois assassinatos horríveis frustraram o processo em 2013, com esquerdistas proeminentes abatidos. Mas a classe política tunisiana lidou com estas crises melhor do que alguém podia esperar. A juventude se reuniu novamente e exigiu que o governo al-Nahda ou primeiro ministro da Renascença deixasse o cargo. Trabalho organizado se envolveu também. Um cessão de ambas as partes foi elaborado: quando a constituição for aprovada, PM Larayyedh iria deixar o cargo em favor de um tecnocrata. O governo interim irá guiar o país a eleições futuras e referendos (COLE, 2014, tradução nossa).

Ao menos, ao observar pelo relato acima, mesmo que a juventude não esteja organizada politicamente, ainda está interessada em garantir seus direitos através da contestação. Outro fator que conta positivamente para o futuro democrático tunisiano é o fato de as forças opositoras terem conseguido chegar a um acordo ao invés de aplicar um jogo de soma zero. Isto pode indicar que estão mais interessados na organização democrática e na democracia do que nos interesses próprios e isto garante um voto de confiança aos atuais governantes e, inclusive, a seus opositores por parte da população.

Para que a nova configuração democrática tunisiana funcione bem, contudo, é necessário não só apoio da população, mas a realização de práticas concretas que promovam sempre o seu envolvimento. A partir da análise do uso da internet nos protestos, podemos concluir que embora tenha inicialmente ajudado a levar muitas pessoas às ruas, através da apresentação de vídeos e informações que indignaram a população e não eram veiculados pela mídia tradicional, assim como pela facilidade de os grupos de manifestantes se agruparem e organizarem protestos, ela não é responsável por convencer o povo, porque este acumulava motivos há muito, muito menos por mantê-los manifestando, pois, como já foi observado, os revoltosos eram aparentemente uma maioria jovem e desempregada. Porém, a internet pode

auxiliar, neste momento ainda de transição democrática, na aproximação entre governo e sociedade para melhorar a qualidade da democracia, através de processos de representação.

O primeiro passo é garantir que o novo governo e a nova constituição apresentem medidas voltadas a diminuir a divisão digital. Aulas de computação no ensino básico, investimentos em infra-estrutura para que se criem condições de que a internet alcance melhor as áreas rurais e, como a grande parcela dos desempregados no país tem bons níveis de educação e a maioria provavelmente tem conhecimento básico sobre as TICs, estes poderiam ser contratados para realizarem projetos de educação digital. No entanto, este tipo de ação só viria após garantida certa estabilidade econômica no país. Enquanto isto, a constituição atual prevê algumas leis que auxiliam a garantir a acessibilidade. Em seu artigo 31, que a liberdade de opinião, pensamento, expressão, mídia e publicação devem ser garantidos e que estas liberdades não podem ser sujeitas à censura. No artigo 32, a garantia, pelo Estado, ao direito à informação e ao acesso à informação e redes de comunicação, o que inclui também o acesso à informação governamental, e no artigo 33, a liberdade acadêmica e de pesquisa acadêmica. O Estado tunisiano se compromete a promover os recursos necessários ao desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica (República Tunisina, 2014, p.12). Isto resulta que o desenvolvimento das TICs não esteja concentrado somente nas mãos do governo, como era antes.

Concomitante ao primeiro passo, porém, deveria se organizar uma institucionalização da democracia digital tunisiana. A população jovem, não só da Tunísia, mas ao redor do mundo, é diversas vezes atribuída como responsável por diversos dos elementos da crise da democracia discutidos anteriormente, como ignorância, desinteresse, despolarização, o ativismo exclusivo ao virtual e transferência da responsabilidade civil. Partindo do princípio exagerado de que usuários da internet não levarão suas preocupações com o governo para além do ciberespaço enquanto usufruírem ou estiverem confortáveis com seu nível de liberdade individual ou enquanto, no caso da Tunísia, estiverem empregados e ocupados, poderia ser criado um sistema justamente que aja sobre esta tendência. Como proposto por Pippa Norris (2001), pode ser criado um sistema representativo em diferentes níveis. Atrair cidadãos aos sites governamentais pode ser tarefa difícil, quando há tantas outras distrações no âmbito da internet, portanto a criação de um órgão do governo responsável somente pelo contato com o público através das redes sociais poderia ser o primeiro nível. Depois, levando em conta a relutância de vários jovens a se enquadrar em

alguma ideologia política específica, cada partido representado no parlamento poderia ter, em sua administração, um cargo compulsório que fosse responsável por receber as informações das mídias sociais já filtradas pela agência especializada e passá-las adiante à agenda partidária correspondente, para que no próximo nível estas fossem apresentadas e discutidas no parlamento. Em um país onde a maioria da população é jovem é mais suscetível a utilizar a internet e as redes sociais, e onde a democratização é recente, este sistema, ou parecido, tem grandes chances de funcionar, pois as novas instituições e organização política ainda não estão verdadeiramente viciadas. A dedicação de lados opositores em fazer a democracia funcionar, ao chegarem a uma trégua para assinar a nova constituição, também instiga a esperança de que novas alternativas democráticas, incluindo mídias não tradicionais, possam ser vistas como válidas, pois esta atitude parece ser, mesmo que não seja o caso, o resultado de algo não muito comum na política, uma mente aberta.

A situação egípcia que será descrita de forma mais breve a seguir. A transição democrática iniciou-se praticamente da mesma forma nos dois países, mas seus resultados se mostraram diferentes e, por este motivo, utilizar-se-á o caso egípcio para aplicar as sugestões descritas acima para definir se funcionariam ou não em um país que também é novo à realidade democrática, mas enfrenta empecilhos diferentes.

### **3.3. Egito: Sociedade Rural, Conflitos Religiosos, Economia Problemática**

Em 2011 no Egito, segundo Howard, *et al* (2011, p.15) a maioria das pessoas tinha acesso a um telefone portátil e a penetração da internet era a maior na região do Norte da África e Oriente Médio depois do Irã. Assim como a Tunísia, o Egito há muito tem uma esfera de uso do ciberespaço larga e ativa. Este é um dos motivos pelo qual a notícias da deposição de Ben Ali se espalhou rapidamente. A mídia tradicional foi relutante em fazer a cobertura do ocorrido e demorava em relatar protestos na região e no próprio Cairo e o governo baniu o serviço de notícias online da Irmandade Muçulmana, que transferiu seu servidor para Londres conseguiu sustentar sua oposição. O uso da Internet para fins políticos era feito por partidos políticos ilegais, jornalistas investigativos, fundamentalistas radicais e cidadãos insatisfeitos com o governo. No entanto, a oposição já existente só saiu da “teoria”

quando um executivo regional do Google criou a página “We are All Khaled Said” para honrar a memória de Said, blogueiro que foi morto pelo governo após tê-lo exposto por corrupção. A imagem do rosto machucado e falecido de Said foi veiculada pelos celulares de milhares de pessoas. A página “We are All Khaled Said” tornou-se plataforma que auxiliou na organização de defensores da democracia. O ideal democrático foi espalhado para outras dimensões da sociedade.

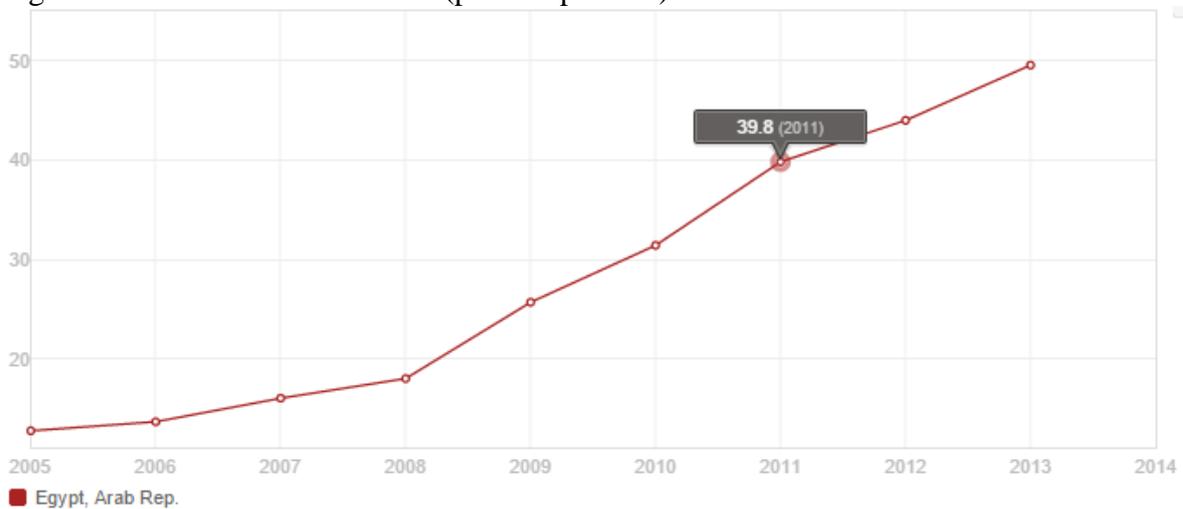
Em uma surpresa para ambos analistas do governo e de fora, uma grande rede de cidadãos relativamente liberal, de classe média e de cidadãos pacíficos rapidamente se mobilizou contra Mubarak. Os islâmicos tradicionais, partidos da oposição e organizações sindicais também estavam na praça, mas as vozes da sociedade liberal e civil dominaram a conversa digital sobre os eventos. Notícias e discursos de Mubarak, do presidente Barack Obama e líderes regionais foram transmitidas ao vivo para telefones celulares e laptops na praça [Tahir] (HOWARD, *et al*, 2011, p.16).

As características que definiam os novos participantes da conversa política no ciberespaço egípcio eram análogas àquelas dos protestantes tunisianos – eram comunidades de indivíduos com ideais semelhantes, subempregados, educados, ansiosos por mudança, mas não comprometidos a qualquer fervor religioso ou ideologia política específica (HOWARD, *et al*, 2011, p.15-16). Mas diferente da Tunísia, os cidadãos egípcios usufruíam de relativa liberdade na internet antes mesmo da derrubada de Mubarak. Segundo (KELLY *et al* 2012, p. 164), a partir do momento em que a internet foi introduzida em 1993, o governo egípcio fez inúmeros investimentos na infra-estrutura digital como parte de sua estratégia para impulsionar a economia e criar oportunidades de emprego. Em 2003 foi aprovada a Lei de Telecomunicações que previa a liberalização do setor privado sem que se abrisse mão da supervisão e controle do governo sobre as TICs. Para garantir seu domínio, o governo aplicou medidas que variaram entre estabelecer leis e regulamentos restritivos, monitorar dissidentes e limitar sua capacidade de difundir mensagens políticas online. O governo chegou a, inclusive, intimidar, assediar e deter ativistas a partir de informações encontradas sob seu monitoramento virtual.

Também de acordo com (KELLY *et al* 2012, p. 165) estas ações não impediram que cidadãos egípcios desenvolvessem grupos online e interagissem em comunidades virtuais para discutir questões de interesse comum. As redes sociais, depois da morte de Khaled Said,

viraram palco de discussões políticas para pessoas que não costumavam participar delas. Este é um dos motivos pelo qual governo de Mubarak subestimou o poder das redes sociais. Estando acostumado com a oposição através da blogosfera e de alguns sites, como o de notícias da Irmandade Muçulmana, o governo que, a princípio não percebeu sua crescente oposição, ignorou discussões no Facebook e Twitter, por exemplo, por crer que as discussões se tratavam somente dos desabafos habituais da oposição. Os novos opositores eram a maioria e foi por este motivo que as manifestações tomaram proporções tamanhas.

Figura 3. 11: Usuários da Internet (per 100 pessoas).



Fonte: The World Bank, 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.P2/countries/TN?display=graph>

Quadro 3.2: Internet no Egito - Dados

	2011	2012
Porcentagem de residências com computador	36,4	37,9
Porcentagem de residências com acesso à Internet	31	32,3
Porcentagem de indivíduos usando a Internet	39,8	44,1
Assinaturas de banda-larga fixa per 100 habitantes	2,2	2,7
Assinaturas de banda-larga móvel ativa per 100 habitantes	24	26,9

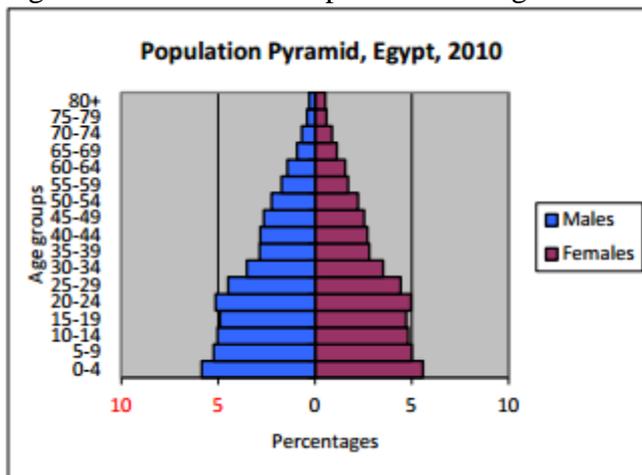
Fonte: ITU, *Measuring the Information Society 2012 e 2013*. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/default.aspx>> Acesso em: 02/11/2014

Apesar de a penetração da internet crescer em nível aparentemente constante e rápido, os outros indicadores não parecem ter sofrido grandes alterações de 2011 para 2012 com o impacto das revoluções, isto pode ser porque os empecilhos à difusão das TICs e à inclusão digital no Egito não terminaram com a derrubada do governo.

[...] há uma série de obstáculos entavando o acesso às TICs, incluindo um alto nível de analfabetismo digital, infraestruturas de comunicação precárias, particularmente em áreas rurais e favelas e condições econômicas alarmantes, com aproximadamente um quinto da população vivendo sob a linha nacional de pobreza (KELLY *et al* 2012, p. 165).

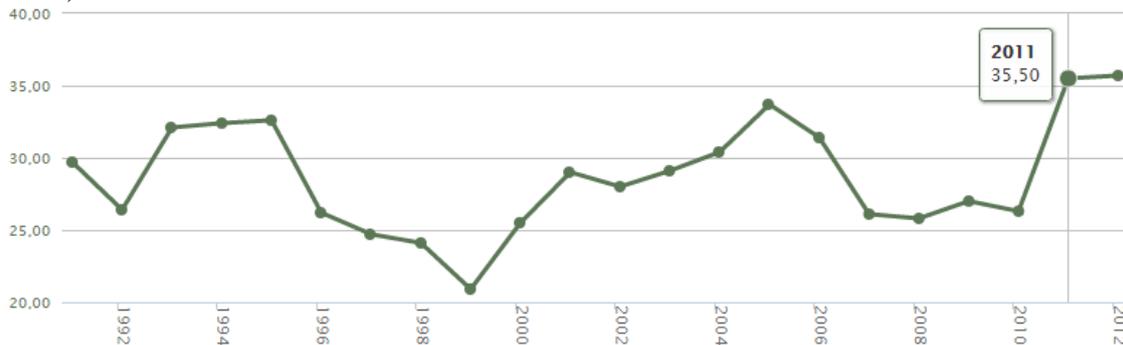
A população rural egípcia era de 43,4% em 2010 e, embora a tendência seja que ela diminuía em detrimento do aumento da urbana, a previsão é que a balança só altere de uma para a outra em 2035 (ONU, 2012). E a sua pirâmide populacional demonstra que sua população é, em maior parte, jovem. A faixa etária de 15-24 anos compunha 19,7% da população em 2010.

Figura 3.12: Pirâmide Populacional – Egito



Fonte: ONU, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/wcu2010/Main.html>> Acesso em: 04/10/2014

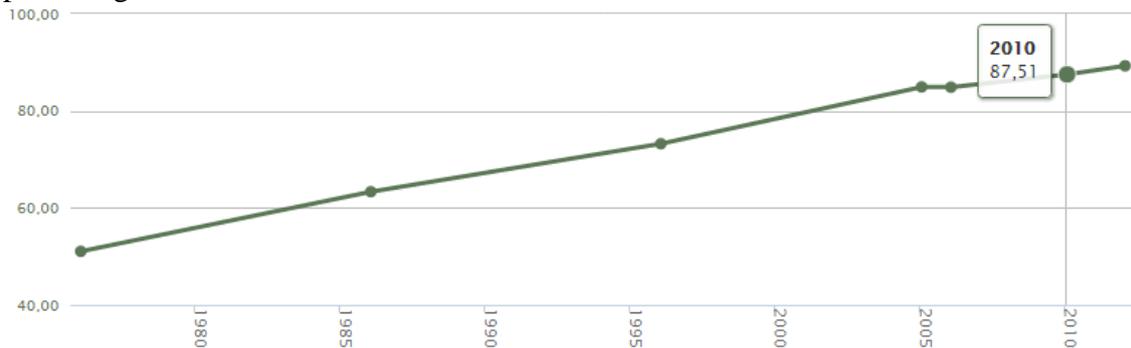
Figura 3.13: Desemprego no Egito (porcentagem da mão de obra total na faixa etária de 15-24 anos)



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

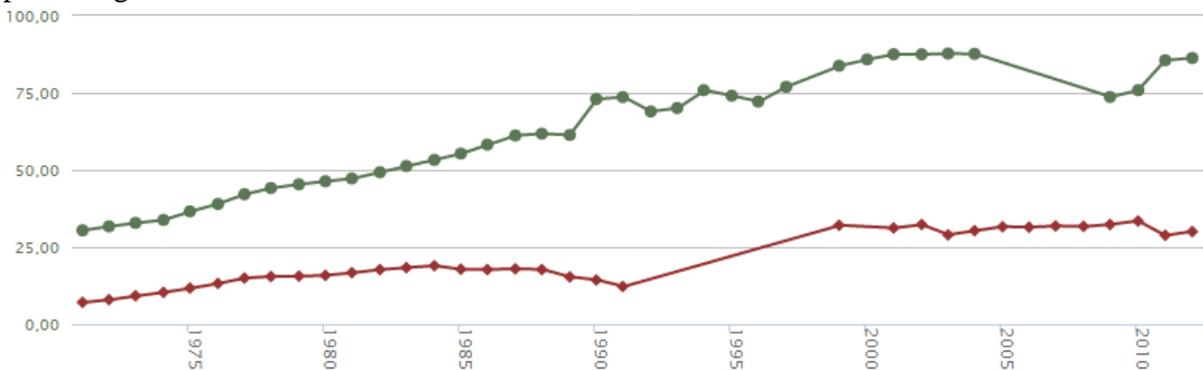
O nível de desemprego da juventude egípcia teve pico de 35,5% em 2011. Segundo Talley (2011) o FMI avisou o governo egípcio para atentarem ao crescente nível de desemprego da juventude antes de irromperem os protestos.

Figura 3.14: Nível de alfabetização da faixa da população com 15-24 anos do Egito em porcentagem



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

Figura 3.15: Taxas brutas de inscrição em ensino médio e superior na Tunísia em porcentagem



Fonte: Perspective Monde, 2014. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?codeTheme=8&codeStat=SL.UEM.1524.ZS&codePays=TUN&codeTheme2=8&codeStat2=x&codePays2=TUN>> Acesso em: 31/10/2014

Assim como na Tunísia, a população jovem egípcia também tem níveis de educação acima de 40. As condições sociais dos manifestantes que antecederam os protestos são muito semelhantes nos dois países. Mas o desfecho da Primavera Árabe foi, ao mesmo tempo, muito diferente em cada um. O Egito passou, desde a deposição do antigo governo autoritário em 2011 por sete eleições e referendos, mas só foram ter eleições, bem sucedidas, três anos depois. O parlamento eleito em 2011 estava desequilibrado, com a balança pendendo para o lado dos fundamentalistas muçulmanos, e foi desintegrado sob alegação de fraude eleitoral em 2012. Depois disto, o presidente eleito em 2012, Mohamed Morsi, foi deposto por um golpe

militar e substituído por Adly Mansour. Contudo, o protagonista do golpe do lado militar foi o General Sisi, que liderou os esforços de desenvolvimento da nova constituição, tinha presença tão forte e carismática durante o mandato de Mansour que ganhou as eleições que haviam sido prometidas após a promulgação constitucional.

A explicação para a situação inconstante egípcia no advento das revoluções pode ser encontrada na explicação de Cole (2014) das principais diferenças entre as transições democráticas de Tunísia e Egito. Estas foram que enquanto o exército tunisiano não se envolveu na esfera política durante a transição democrática, no Egito a intervenção militar foi constante, o que ajudou a desestabilizar o país. Outra disparidade é que a direita religiosa na Tunísia era cautelosa e, portanto, moderada. A al-Nahda evitava ações polarizantes e isto permitiu que eles fizessem concessões nas negociações, como ter aberto mão da presidência em favor de um tecnocrata. Enquanto isto, no Egito, fundamentalistas muçulmanos mantinham posições duras em negociações e disputas políticas. A terceira diferença é que a Tunísia tinha instituições extragovernamentais, como sindicatos trabalhistas, interessadas no sucesso da transição que eram bem articuladas, um bom exemplo é a União Geral dos Trabalhadores Tunisianos, e que puderam trabalhar como mediadoras nas negociações. Os sindicatos trabalhistas egípcios, por exemplo, não são tão independentes ou poderosos. Outro ponto é que os apoiadores da laicidade estatal na Tunísia não eram radicais a ponto de exigir a banida do Estado religioso sob o comando de al-Nahda quando este era o caso. No Egito novamente o posicionamento era bastante extremo e as tentativas de excluir a Irmandade Muçulmana de poder social e político eram constantes e, em sua maioria, justificadas pela aversão à religião ligada ao Estado. Por fim, a economia tunisiana melhorou levemente. Após passarem por dificuldades em 2011 e 2012, o crescimento econômico em 2013 foi de 2.3%. O Egito, por sua vez, continuou a padecer a contração econômica e, como mencionado anteriormente, o aumento constante do desemprego.

Aplicar as medidas voltadas à diminuição da divisão digital propostas anteriormente nesta pesquisa ao caso do Egito pode não ter os mesmos resultados que se esperaria da Tunísia. Para começar, os esforços dedicados à diminuição da divisão digital podem exigir gastos muito grandes, considerando que a maior parte da população do país se encontra em áreas rurais que urbanas. Segundo Badran (2011) o maior empecilho à divisão digital egípcia é, de fato, a baixa urbanização. Em 2009, no Egito, o percentual de pessoas usando a internet no campo era de 14,3, enquanto as cidades compunham 30,7% (ITU, 2011).

Para superar a exclusão digital no Egito, recomendações de políticas pode ser feitas tanto em relação à demanda e quanto à oferta do mercado. No lado da demanda, a criação de mais conteúdo e incentivando os jovens a fazer parte desse processo, é a uma maneira vital para superar a exclusão digital, especialmente em se tratando da população jovem rural. Mídias sociais desempenham um papel importante na superação deste fosso digital existente, ao encorajar os jovens a utilizarem as redes sociais, como o Facebook, que está se tornando muito popular no Egito, o acesso à Internet se tornaria mais prevalente. Os pontos de acesso público também servem como um meio muito adequado de conexão à Internet, especialmente em áreas rurais. Aumentar sua incidência e apoiar estes negócios que promovem o acesso, como *cybercafés*, com a infra-estrutura necessária para atender a demanda da população jovem no meio rural também é importante. Quanto ao lado da oferta, deve ser dada mais atenção às políticas de acesso universal, [...] que inclui cobertura de banda larga universal como alvo [...] Assim, o regulador nacional tem um papel importante a desempenhar neste contexto (BADRAN, 2011, p. 25-26).

A última ação teria de ser subsidiada pelo governo, portanto. Mas enquanto a economia egípcia não mostrar sinais de recuperação, projetos de maior escala, como a promoção de acesso universal provavelmente não terão prioridade, pois implicam em investimentos infraestruturais. O que pode ser feito é justamente o aumento da demanda por populações rurais, pois isto instigará o interesse de empresas privadas que se ocuparão da expansão do acesso por conta própria, o que corre o risco de não ocorrer.

A nova constituição também não traz muitas inovações na área de desenvolvimento das TICs, tirando o artigo 20 que preconiza a educação tecnológica, mas os artigos 65 a 73 mostram que a nova constituição é favorável à liberdade de expressão, à opinião, ao direito à propriedade intelectual, ao direito de contestação, à condenação da censura, entre outros direitos e garantias que promovem a segurança para participar das discussões políticas em um país.

O modelo de uso da democracia digital descrito anteriormente pode ser problemático quando aplicado ao caso egípcio, pois em um país onde a divisão digital é condicionada por fatores geográficos e a previsão da urbanização social ao longo dos próximos anos é bastante lenta, um projeto destes, que tem a oportunidade de ser executado ao mesmo tempo em que a democracia está criando suas raízes, deve ser colocado em prática o mais cedo possível, pois pode acabar se tornando, idealmente, parte compulsória da agenda democrática e inspirar outros países que se encontram em configuração política parecida a adotar as mesmas medidas. Esperar até que a divisão digital diminua significativamente, pode significar que quando o projeto estiver pronto para ser executado, o frescor e o entusiasmo pela democracia

já tenham passado. Uma proposta para aumentar a representação da população principalmente rural é se criar outro nível representativo, se a situação do país assim exigir, que não precisa necessariamente funcionar através da internet. Uma divisão da agência poderia ser responsável por ir até áreas remotas e efetuar pesquisas de opinião e mercado para não só estender o foro de debate político a áreas que não podem alcançá-lo de maneiras tradicionais, nem através da internet, mas também coletar dados que auxiliem na divulgação da demanda de internet a empresas privadas. Se a demanda ainda não existir, os funcionários responsáveis podem ser treinados para divulgar o programa e a capacidade da internet a fim de introduzir novos indivíduos à era digital.

#### 4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa investigou papel da relação entre internet e democracia em um processo de transição democrática para então definir como a internet e as TICs podem ser utilizadas como ferramenta democratizante. Para iniciar a análise foi necessário definir conceitos básicos de democracia. A ideia da democracia digital é fortemente ligada à democracia direta por suas naturezas descentralizadas. Para apontar características desta forma de organização política, utilizou-se da obra de Jean Jacques Rousseau, “Do Contrato Social”. Segundo Rousseau, a condição natural e a condição social do homem entram em choque a partir do momento em que ele ingressa a sociedade e, segundo Rousseau, ele perde sua liberdade. “O homem nasce livre, mas se encontra a ferros por toda a parte” (ROUSSEAU, 2001, p. 10). A fim de evitar a perda de liberdade e desigualdades e garantir a manutenção da ordem, os homens desenvolvem um contrato que institui o Estado, a autoridade e cria, assim, a sociedade política. Para que seja considerado legítimo e assegurar liberdades como o direito à vida, à expressão e o direito de ir e vir, por exemplo, os homens devem se subordinar ao Estado. O comprometimento à subordinação deve ser unânime entre todos os membros do Estado para que ninguém sofra perdas. Na democracia direta Rousseau recomenda a participação unânime dos cidadãos nas assembleias que devem acontecer frequentemente para garantir o funcionamento do Estado e o caráter direto da democracia.

A “vontade geral” é um conceito introduzido pelo autor, definida como os interesses comuns de um corpo coletivo, ou seja, vontade geral determina as questões políticas que são de interesse de todos os homens enquanto cidadãos. Os homens são também pessoas privadas e têm suas vontades individuais. A soma destas de cada indivíduo ser denominada a “vontade de todos”. Rousseau ressalta que o homem ainda pertence a um espaço público e que, por isto, dará prioridade à vontade geral, pois é através dela que se expressam as leis. Não se pode, de acordo com o autor, interpretar a vontade geral como a vontade de todos, pois a última pode ser exclusiva a alguns cidadãos. Há o perigo de haver consenso em relação aos interesses privados por parte de uma maioria e eles acabarem se confundindo com o interesse comum. Desta forma não se estará atendendo a vontade geral, pois alguns indivíduos permanecerão ignorados.

O autor acreditava que somente sob três condições poderia a democrática direta existir: que fosse em um Estado bastante pequeno, no qual seja fácil agrupar o povo quando necessário, onde cada indivíduo possa conhecer o resto da população facilmente; a segunda, uma simplicidade em relação aos costumes, para que se conheça verdadeiramente a identidade do povo e se antecipe seu comportamento em situações de negócios e conflito; e, por último, igualdade de classes e riquezas onde há

pouco ou nenhum luxo; porque ou o luxo é o efeito das riquezas, ou as torna necessárias, já que corrompe ao mesmo tempo ricos e pobres, uns pela posse, outros pela cobiça (ROUSSEAU, 2001, p. 95).

Para Rousseau o autor, "se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens".

Mesmo que o próprio autor não acreditasse no verdadeiro funcionamento da democracia direta, os conceitos principais foram incorporados à maioria das análises feitas nesta pesquisa. O mesmo ocorreu com os pensamentos de Robert Dahl expressos em sua obra "Poliarquia: participação e oposição". Nela o autor também apresenta uma teoria ideal de democracia. A poliarquia é uma configuração política à qual se aspira. Sua constituição básica permite que políticos a utilizem como modelo para construção de democracias representativas. A Poliarquia preza a participação política do cidadão, mesmo que não diretamente, de uma forma que procura se adaptar às sociedades contemporâneas. Para que oportunidades de incorporação cidadã existam, o governo precisa garantir oito outros direitos ou condições institucionais: direito à liberdade de criar e aderir a grupos de interesse; liberdade de expressão; direito ao voto; de se eleger a cargos públicos; de disputar apoio e votos; de obter informações em fontes alternativas; de ter um processo eleitoral livre e deve garantir a existência de instituições que façam com que as políticas conduzidas pelo governo dependam de eleições e outras manifestações. A identificação de uma democracia existente em determinado Estado ou regime seria feita a partir da análise do êxito do governo em garantir estas condições. Porém, o autor crê que como a democracia nunca será perfeita, ela se dá a partir de uma evolução das dimensões de democratização que faz com que tanto hegemonias quanto oligarquias passem a ser quase-poliarquias ou que quase-poliarquias

transformem-se em poliarquias plenas; ou, em último nível, que ocorra uma democratização ainda maior de poliarquias existentes. No primeiro nível evolutivo, quando se apresenta o aumento da participação e contestação, o que gera incremento no grau de oposição ao governo, o choque entra as duas esferas é mais intenso e podem observar-se conflitos que o último tentará suprimir.

A sub-parte que segue aborda expõe a teoria democrática aplicada ao advento do desenvolvimento das tecnologias da informação que se traduz nas teorias de democracia digital. A análise da organização social a partir da difusão das tecnologias da informação (TICs) traz o entendimento de que a forma como os seres humanos se comunicam e como a informação é veiculada foi extremamente simplificada com o avanço da tecnologia e esta evolução tem impactos sobre a Política, pois esta é um elemento importante da vida social. A internet, como propulsora das TICs, reduziu os custos da comunicação e os tornou mais práticos de forma que a conectividade tomou proporções tamanhas que é difícil tentar controlá-las ou impedi-las. Em nível político, ela pode ser inclusive considerada uma ferramenta para promover o aumento da contestação. Braga (2006, p. 166) afirmam que “um amplo conjunto de pesquisadores vêem nas TICs a possibilidade de emergência de uma ‘democracia direta eletrônica’ ou de uma ‘democracia deliberativa’, na qual todos ou pelo menos a maior parte dos cidadãos poderiam usar a Internet para deliberar sobre temas públicos”. Alguns destes autores são Celso Cândido e James Fishkin, que acreditam que os meios eletrônicos de comunicação seriam responsáveis por desenvolver uma nova forma de democracia em detrimento ao modelo representativo uma vez que os empecilhos territoriais, tanto em relação à expansão dos Estados Modernos quanto relacionados à falta de espaços capazes de comportar uma assembleia formada por todos os cidadãos de um determinado local, não existiriam mais. Porém, outros autores como Pippa Norris e Manuel Castells acreditam que muito valor é atribuído ao poder da internet como ferramenta democratizante.

Num mundo de crise generalizada de legitimidade política, e de indiferença dos cidadãos por seus representados, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão. Os políticos e suas instituições divulgam suas declarações e respondem burocraticamente  $\frac{3}{4}$  exceto em época de eleição. Os cidadãos não vêem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais. A Internet não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia (CASTELLS, 2003, p. 129).

Norris, por sua vez, apresenta um modelo concreto e mais realista que explica os impactos da Internet na política. Ela afirma que eles não se dão diretamente, mas através de seu impacto primeiro nos “atores políticos intermediários”, que são instituições articuladas e que representam o interesse dos cidadãos em seu diálogo com instituições representativas de “primeira ordem”, como os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Outro conceito importante é o de discriminação digital, que segundo Matos

[...] consiste numa situação de diferenciação entre as pessoas, que tem por base diferentes níveis de participação na sociedade da informação e que resulta de fatores de ordem econômica, social, educacional, cultural e política (2009, p. 2).

A dissonância entre dois grupos; o daqueles que têm acesso às TICs e o know how para utilizá-las e o daqueles que não os têm, é chamada de divisão digital e cada vez mais o vale entre os dois extremos cresce o que faz a sociedade digital se afastar cada vez mais do ideal democrático preconizado por Rousseau, que acreditava ser premissa básica da democracia a igualdade entre os cidadãos. Esta ideia foi importante nesta pesquisa para entender alguns dos empecilhos a utilização da internet como ferramenta política. Alguns indicadores de inclusão/discriminação digital como nível de penetração da internet em um país e sua demografia também foram apresentados no final do capítulo 1 e, mais adiante foram extremamente importantes para a análise do potencial da internet como ferramenta da democracia. O segundo capítulo inicia uma análise geral da internet em estados autoritários, que se fez necessária, pois nestes existe a presença de elementos como a censura e o contexto dos países que estudados é um de transição do autoritarismo para a democracia.

As principais observações a serem recolhidas desta análise são que a ameaça de veiculação de informações extragovernamentais, do ciberativismo e outros elementos que pudessem colocar em risco a manutenção do status-quo político levaram diversos Estados a implementarem, segundo Kalathil e Boas (2003, p. 136), uma abordagem proativa em relação ao desenvolvimento das TICs. Enquanto acadêmicos e cientistas desenvolvem os avanços iniciais em relação às tecnologias da Internet o Estado se responsabiliza por guiar sua difusão no âmbito das fronteiras nacionais. Ao fazer isto, eles arquitetam políticas e tecnologias que facilitam seu controle sobre a internet e praticam censura. O que pode auxiliar a aumentar a

divisão digital, que é um dos principais empecilhos ao uso da internet como ferramenta de democratização. Portanto fez-se também necessária a análise de elementos que podem interferir na oscilação do nível de divisão digital como: liberdade na internet, número de usuários da internet, a demografia dos países, o nível de desemprego, os níveis de alfabetização e as taxas de inscrições escolares. Uma correlação destes fatores com a crise da democracia também foi feita e foi isto que as seguintes sub-partes trataram.

Desde o início do uso da Internet na Tunísia, o regime autocrático do Presidente Zine El Abdine Ben Ali se ocupou de exercer a censura através de gastos consideráveis voltados à criação, em 1996, concomitante ao lançamento do acesso à Internet ao público pela primeira vez, da Agencia da Internet Tunisiana que se ocupava de bloquear vozes online e websites que criticavam o regime (ABROUGI, 2012). Os altos níveis de censura resultantes destas políticas, no entanto, não conseguiram refrear o debate político online que foi realizado, em sua maior parte, por integrantes da parcela jovem da população, que é a maior do país. Contudo, embora a internet tenha inicialmente ajudado a levar muitas pessoas às ruas, através da apresentação de vídeos e informações que indignaram a população e não eram veiculados pela mídia tradicional, assim como pela facilidade de os grupos de manifestantes se agruparem e organizarem protestos, ela não foi responsável por convencer o povo, porque este acumulava motivos há muito, muito menos por mantê-lo manifestando, pois, como foi observado a partir da análise demográfica, os revoltosos eram aparentemente uma maioria jovem e desempregada. Porém, a internet pode auxiliar, no momento de transição democrática, com aproximação entre governo e sociedade para melhorar a qualidade da democracia, através de processos de representação.

O caso Egípcio é semelhante até o início da transição democrática. A maioria que foi às ruas era jovem e desempregada, mas sua falta de articulação e programa político definido, característica também da juventude tunisiana, permitiu que grupos políticos extremos, que não representavam verdadeiramente seus interesses, subissem ao poder. Isto, somado à grande divisão digital ligada às baixas taxas de urbanização no país, ajuda a prever um mau começo para a democracia egípcia, o que não auxilia a implementação de um modelo de uso da internet como ferramenta democratizante exposto ao final do capítulo que funciona a partir da representação digital em vários níveis, como preconizado por Pippa Norris. No entanto, considerando que cada país tem um contexto histórico, cultura, demografia, entre outras

características diferentes tentou-se criar um molde que pudesse ser adaptável a diversas situações através de uma base genérica e a personalização a partir das especificidades do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROUGI, Afef. Tunísia: Internet Censorship Makes a Comeback. Global Voices Online. 2012. Disponível em: <<http://globalvoicesonline.org/2011/05/17/tunisia-internet-censorship-makes-a-comeback/>> Acesso em: 19/10/2014.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo: Mapeando discussões. In: Encontro Anual da Anpocs, 37., 2013, Águas de Lindoia. **SPG01**. São Paulo: Anpocs, 2013. p. 1 - 27. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8679&Itemid=429](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=429)>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BADRAN, Mona Farid. **Young people and the digital divide in Egypt: an empirical study**. 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3834768/Young\\_People\\_and\\_the\\_Digital\\_Divide\\_in\\_Egypt](https://www.academia.edu/3834768/Young_People_and_the_Digital_Divide_in_Egypt)> Acesso em: 05/11/2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BORBA, Julian. A democracia na era digital. **Resenha Eleitoral: revista eletrônica do tresc**, Florianópolis, v. 14, p.1, 2007. Disponível em: <<http://www.tresc.jus.br/site/institucional/publicacoes/artigos-doutrinarios-publicados-na-resenha-eleitoral/v-14-2007/doutrina/a-democracia-direta-na-era-digital/index.html>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BORGES, Juliano. **Blogs de política, blogs de políticos e a influência na cobertura jornalística**. IV Compolítica (anais), 2011, Rio de Janeiro, 2011, 17p.

BRAGA, Sergio. **Internet, democracia e política num ano eleitoral**. Revista Eletrônica Paraná Eleitoral, Paraná, n. 60, 2006. Disponível em: <[http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo\\_impreso.php?cod\\_texto=218](http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?cod_texto=218)> Acesso em: 10/10/2014.

BREUER, Anita. **The Role of Social Media in Mobilizing Political Protest: Evidence from the Tunisian Revolution**. German Development Institute Discussion. out 2012. n. 10/2012, ISSN 1860-0441. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2179030>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2179030>>.

CÂNDIDO, Celso. **A Construção da Ágora Virtual**. Porto Alegre: 1997. Disponível em: <<http://caosmose.net/candido/unisinos/af/agoravirtual.htm>> Acesso em: 10/10/2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

COSTA, Homero de Oliveira. Democracia e participação na teoria pluralista. **Revista Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 215-228, jan/jun. 2007.

COLE, Juan. Why Tunisia's Transition to Democracy is Succeeding while Egypt Falter. Informed Comment. Jan 2014. Disponível em: <<http://www.juancole.com/2014/01/transition-democracy-succeeding.html>> Acesso em: 05/10/2014.

DAHL, Robert. (1997). Poliarquia: participação e oposição. São Paulo, Editora EDUSP.

DOYLE, Michael. Kant, Liberal Legacies and Foreign Affairs. Parte I em **Philosophy and Public Affairs**, Vol. 12, Nº. 3 (Verão 1983), p.213

EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (Orgs.). **Internet e Política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

EUROSTAT. Desemprego Total versus Desemprego da faixa etária 15-24 anos em 2011. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Youth\\_statistics\\_-\\_North\\_Africa\\_and\\_Eastern\\_Mediterranean](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Youth_statistics_-_North_Africa_and_Eastern_Mediterranean)> Acesso em: 02/10/2014

FISHKIN, James. **Possibilidades democráticas virtuais**: perspectivas da democracia via Internet. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Orgs.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG. 2002. p. 17-45.

FT-QI (Uruguay). Uma nova “Primavera dos Povos”. **Estratégia Revolucionária**. v. 27, n. , p.1-1, 28 abr. 2011. Disponível em: <[http://www.ft-ci.org/Uma-nova-Primavera-dos-Povos?lang=pt\\_br](http://www.ft-ci.org/Uma-nova-Primavera-dos-Povos?lang=pt_br)> Acesso em: 04 ago. 2014.

GOMES, Wilson. (2005). **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras, São Leopoldo, v. VIII, n. 3, p. 214-222.

GOMES, Wilson. (2005b). Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78

HOWARD, P.N., Duffy, A., Freelon, D., Hussain, M., Mari, W. & Mazaid, M. (2011). **Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?**. Seattle: PIPTI. Disponível em: <<http://pitpi.org/index.php/2011/09/11/opening-closed-regimes-what-was-the-role-of-social-media-during-the-arab-spring/>> Acesso em: 22/11/2013.

ITU. **Measuring the Information Society**. 2011. Disponível em: <<http://www.itu.int/net/pressoffice/backgrounders/general/pdf/5.pdf>> Acesso em: 10/10/2014

ILO. **Minimum Wages Tunísia**. 2011. Disponível em <[http://www.ilo.org/dyn/travail/travmain.sectionReport1?p\\_lang=en&p\\_structure=1&p\\_year=2011&p\\_start=1&p\\_increment=10&p\\_sc\\_id=1&p\\_countries=TN&p\\_print=Y](http://www.ilo.org/dyn/travail/travmain.sectionReport1?p_lang=en&p_structure=1&p_year=2011&p_start=1&p_increment=10&p_sc_id=1&p_countries=TN&p_print=Y)> Acesso em: 19/10/2014.

KALATHIL, Shanthi; BOAS, Taylor C. **Open networks, closed regimes**, Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace. 2003.

KELLY, Sanja, *et al.* **Freedom on the Net 2009: A Global Assessment of Internet and Digital Media**. Freedom House. Disponível em: <[https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013\\_Full%20Report\\_0.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013_Full%20Report_0.pdf)> Acesso em: 11/10/2014

\_\_\_\_\_. **Freedom on the Net 2011: A Global Assessment of Internet and Digital Media.**

Freedom House. Disponível em:

<[https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013\\_Full%20Report\\_0.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013_Full%20Report_0.pdf)

> Acesso em: 11/10/2014

\_\_\_\_\_. **Freedom on the Net 2012: A Global Assessment of Internet and Digital Media.**

Freedom House. Disponível em:

<[https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013\\_Full%20Report\\_0.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013_Full%20Report_0.pdf)

> Acesso em: 11/10/2014

\_\_\_\_\_. **Freedom on the Net 2013: A Global Assessment of Internet and Digital Media.**

Freedom House. Disponível em:

<[https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013\\_Full%20Report\\_0.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202013_Full%20Report_0.pdf)

> Acesso em: 11/10/2014

KUEBLER, J. **Overcoming the digital divide: the Internet and political mobilization in Egypt and Tunisia.** Disponível em: <http://cyberorient.net/article.do?articleId=6212>. Acesso em: 24 jul 2014.

LOTAN, G. et al. (2011): The revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian revolutions, in: **International Journal of Communication** 5 (Feature), 1375–1407.

MALIN, Carrington. **Middle East & North África Facebook Demographics.** Spot On Publications. 2010.

MATAR, Hisham. **Ways With Words**: role of Twitter and Facebook in Arab Spring uprising 'overstated'. Entrevistador(a): Anita Singh. Jul 2011. The Telegraph. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/culture/books/ways-with-words/8629294/Ways-With-Words-role-of-Twitter-and-Facebook-in-Arab-Spring-uprising-overstated-says-Hisham-Matar.html>> Acesso em: 17/10/2014

MATOS, Nelson Juliano Cardoso. **Democracia possível e democracia desejável**: uma explicação para a democracia como campo de luta. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2635, 18 set. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17418>>. Acesso em: 01/09/2014.

MATOS, José Cardoso de. **Discriminação/Divisão Digital**. 2009. Disponível em: <[http://www.ecdl.pt/pt/downloads/DocLib/Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Digital\\_%20JCMatos.pdf](http://www.ecdl.pt/pt/downloads/DocLib/Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Digital_%20JCMatos.pdf)> Acesso em: 12/10/2014.

MORENA, Marcio. **Rousseau e a soberania popular**. Disponível em: <<http://marciomorena.jusbrasil.com.br/artigos/121944031/rousseau-e-a-soberania-popular>> Acesso em: 05/10/2014.

MULDERIG, M. Chloe. Na Uncertain Future: Youth Frustration and the Arab Spring. **The Pardee Papers**. Boston: Boston University Frederick S. Pardee Center. N. 16. abr 2013.

NORRIS, P. **Digital divide; Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

ONU. **Perfil Demográfico da Tunísia**. 2012. Disponível em: <<http://www.escwa.un.org/popin/members/tunisia.pdf>> Acesso em: 04/10/2014.

ONU. **Perfil Demográfico do Egito.** 2012. Disponível em: <<http://www.escwa.un.org/popin/members/egypt.pdf>> Acesso em: 04/10/2014

OXFORD BUSINESS GROUP. **The Report:** Tunísia. 2009. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=qi9sXEoO9foC&pg=PA94&lpg=PA94&dq=the+report+tunisia+2009&source=bl&ots=1aLw5d6-k3&sig=qUarXHQ8JGVAA5CRypIG1FjqjoY&hl=pt-BR&sa=X&ei=fUVqVKuHJoXraJXRgqgM&ved=0CCAQ6AEwAA#v=onepage&q=the%20report%20tunisia%202009&f=false>> Acesso em: 19/10/2014

PUTNAM, R. D. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro, Editora FGV.

REPUBLICA TUNISINA. **Constituição Tunisiana.** Disponível em: <[https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia\\_2014.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf)> Acesso em: 05/11/2014.

RODE, Martin; KNOLL, Bodo; PITLIK, Hans. **Economic Freedom of the World: 2013 Annual Report:** Economic Freedom, Democracy, and Life Satisfaction. 16. ed. Vancouver: Economic Freedom Network, 2013. 284 p. Disponível em: <<http://www.freetheworld.com/2013/EFW2013-complete.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/contratosocial.html>> Acesso em: 04/10/2014

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as Relações Internacionais.** São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 2003.

SAFRANEK, R. The Emerging Role of Social Media in Political and Regime Change. **ProQuest Discovery Guide**. mar 2012.

SANA, BemAbda. **Tunísia**: High rate of unemployment among Youth and women. The Tunis Times. Mai 2014. Disponível em: <<http://www.thetunistimes.com/2014/05/tunisia-high-rate-unemployment-youth-women-5551/>> Acesso em: 19/10/2014

SANTOS, Boaventura Souza de. O futuro da democracia. **Carta Maior**. p.1-1, 06 set. 2006. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-futuro-da-democracia/19415>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

TALLEY, Ian. **IMF Warned of Egyptian Youth Jobless Rate Ahead of Protests**. The Wall Street Journal. feb 2014. Disponível em: <[https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia\\_2014.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf)> Acesso em: 07/11/2014.